

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JACIARA (MT) E SUA RELAÇÃO COM A
ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PESTALOZZI**

ADRIANO DE OLIVEIRA RODRIGUES

FREDERICO WESTPHALEN, RS

2026

ADRIANO DE OLIVEIRA RODRIGUES

**A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JACIARA (MT) E SUA RELAÇÃO COM A
ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PESTALOZZI**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen – como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Riboli.

FREDERICO WESTPHALEN, RS

2026

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO.....	4
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
LISTA DE FIGURA.....	8
INTRODUÇÃO	9
2 PERCURSO METADOLÓGICO.....	13
3 ESTADO DO CONHECIMENTO.....	18
4 POLÍTICAS PÚBLICAS	26
5 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	32
6 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	41
7 A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI EM JACIARA-MT.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	69

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/Unidade

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen (RS)

Rua Assis Brasil, nº 709, bairro Itapagé, CEP: 98400-000, Frederico Westphalen (RS)

Direção do Campus

Diretora geral: Prof.^a Dra. Elisabete Cerutti

Diretora acadêmica: Prof. Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares Diretor administrativo:
Prof. Me. Alzenir José de Vargas

Departamento/Curso

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação –
Mestrado e Doutorado em Educação: Prof.^a Dra. Luci Mary Duso Pacheco

Orientador

Prof. Dr. Cesar Riboli

Mestrando

Adriano de Oliveira Rodrigues

Temática

Políticas públicas; Organizações Sociais e Educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria, saúde e perseverança ao longo desta caminhada acadêmica, guiando meus passos mesmo nos momentos de maior dificuldade e renovando minha esperança diante dos desafios enfrentados durante a construção desta pesquisa.

À minha família, pelo apoio incondicional, pela compreensão diante das ausências necessárias, pelo incentivo constante e pela confiança depositada em minha trajetória. O carinho, o acolhimento e a presença de vocês foram fundamentais para que este trabalho pudesse ser concretizado.

Ao meu orientador, professor Dr. Cesar Riboli, pela orientação segura, pela disponibilidade, pelas valiosas contribuições acadêmicas e pela confiança demonstrada ao longo de todo o desenvolvimento desta dissertação. Sua dedicação, conhecimento e compromisso com a pesquisa foram essenciais para a construção deste estudo e para meu crescimento acadêmico e profissional.

À Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen (RS), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de formação acadêmica, pelo ambiente de aprendizado proporcionado e pelo compromisso com a produção do conhecimento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelos ensinamentos compartilhados, pelas reflexões proporcionadas e pelas contribuições que auxiliaram significativamente na construção deste percurso investigativo.

Aos colegas de curso, pela convivência, pela troca de experiências, pelo companheirismo e pelo apoio mútuo ao longo desta jornada acadêmica, tornando o percurso mais leve, enriquecedor e significativo.

À Associação Pestalozzi de Jaciara (MT) e às pessoas que contribuíram com informações e documentos para a realização desta pesquisa, pela receptividade, colaboração e disponibilidade durante o processo investigativo.

E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, seja por meio de palavras de incentivo, apoio, colaboração ou presença, expresso o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Trata-se de dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen (RS), vinculada à linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação e ao Projeto de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade. O estudo tem como objetivo analisar as contribuições das Organizações da Sociedade Civil nas políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT), tomando como referência a atuação da Associação Pestalozzi no contexto da educação inclusiva. Para tanto, delimitou-se como objetivos específicos: levantar o referencial teórico das políticas públicas educacionais e das Organizações Sociais como base interpretativa do estudo; examinar o marco legal e conceitual dessas organizações no contexto das políticas públicas; caracterizar a atuação da Associação Pestalozzi no município de Jaciara (MT); identificar as formas de inserção das Organizações da Sociedade Civil na implementação das políticas educacionais do município; e interpretar as contribuições dessas organizações para as políticas públicas educacionais locais. A pesquisa orienta-se por abordagem qualitativa, de caráter explicativo, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, fundamentada no método dialético e na análise de conteúdo, possibilitando a compreensão das relações estabelecidas entre Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas Educacionais. Os resultados indicam que, no município de Jaciara (MT), a Associação Pestalozzi desempenha papel relevante na implementação de ações voltadas à educação inclusiva, especialmente no atendimento educacional e social de pessoas com deficiência, atuando de forma complementar às políticas públicas municipais. Conclui-se que a atuação da entidade evidencia a importância das parcerias entre Estado e Sociedade Civil para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, especialmente no campo da inclusão social e educacional. Ao mesmo tempo, a pesquisa demonstra que a efetivação do direito à educação inclusiva depende da atuação contínua e articulada do Poder Público, considerando que as Organizações da Sociedade Civil devem atuar como mecanismos de apoio e complementação das ações estatais, e não como substituição das responsabilidades do Estado.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Organizações Sociais. Educação inclusiva. Associação Pestalozzi. Jaciara (MT).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF – Constituição Federal
FENA PESTALOZZI – Federação Nacional das Associações Pestalozzi
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OS – Organização Social
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNE – Plano Nacional de Educação
PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação
ProUni – Programa Universidade para Todos
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Espaço institucional e atividades desenvolvidas na Associação Pestalozzi de Jaciara (MT).

INTRODUÇÃO

A educação constitui um dos principais instrumentos de transformação social, desenvolvimento humano e promoção da cidadania, assumindo papel estratégico na construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, as políticas públicas educacionais tornam-se fundamentais para assegurar o direito à educação e garantir condições de acesso, permanência e aprendizagem aos sujeitos em diferentes espaços, locais e realidades sociais.

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas intensificaram as demandas direcionadas ao sistema educacional brasileiro, exigindo do Estado e da sociedade como um todo, novas formas de organização, gestão e implementação das políticas públicas. Diante desse cenário, a participação das Organizações da Sociedade Civil passou a assumir papel relevante na execução de ações complementares às políticas educacionais, especialmente em áreas relacionadas à inclusão social, a educação, ao atendimento especializado e à promoção de direitos fundamentais.

Nesse contexto, as Organizações Sociais passaram a ocupar espaço significativo na implementação de serviços públicos educacionais, sobretudo após as reformas administrativas ocorridas no Brasil na década de 1990, marcadas pela ampliação das parcerias entre Estado e Sociedade Civil. A atuação dessas organizações evidencia um processo de articulação institucional voltado à ampliação da efetividade das políticas públicas, especialmente em contextos nos quais o Poder Público enfrenta limitações estruturais e operacionais para atender integralmente às demandas sociais.

No campo educacional, a atuação das Organizações da Sociedade Civil mostra-se particularmente relevante na promoção da educação inclusiva, considerando a necessidade de assegurar atendimento adequado às pessoas com deficiência e garantir o direito à educação em perspectiva democrática e inclusiva. Assim, instituições como a Associação Pestalozzi que atua no Município de Jaciara, MT, desempenham importante função social ao desenvolver ações voltadas ao atendimento educacional especializado, à inclusão social e ao fortalecimento das políticas públicas educacionais.

A educação inclusiva, além de representar um princípio pedagógico contemporâneo, constitui um direito assegurado constitucionalmente, fundamentado nos princípios da igualdade, da dignidade humana e da cidadania. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão estabelecem importantes diretrizes voltadas à construção de sistemas educacionais inclusivos, capazes de assegurar o desenvolvimento integral dos sujeitos e o respeito às diferenças.

Entretanto, a concretização desses direitos exige não apenas previsão normativa, mas também ações institucionais efetivas, desenvolvidas por meio da articulação entre Estado, Sociedade Civil e instituições educacionais. Nesse sentido, torna-se relevante compreender de que maneira as Organizações Sociais contribuem para a implementação das políticas públicas educacionais, especialmente em contextos municipais específicos, nos quais as relações entre Poder Público e Sociedade Civil assumem características peculiares.

Além disso, o debate acerca da participação das Organizações da Sociedade Civil nas políticas públicas educacionais tem se intensificado no contexto contemporâneo, especialmente diante das transformações ocorridas nas formas de gestão pública e na ampliação das demandas sociais relacionadas à educação inclusiva. Nesse cenário, a atuação dessas Organizações evidencia não apenas a necessidade de cooperação entre Estado e Sociedade Civil, mas também os desafios relacionados à efetividade das políticas públicas, à garantia de direitos e à promoção da equidade educacional.

A complexidade das demandas educacionais contemporâneas exige ações articuladas entre diferentes instituições e sujeitos sociais, sobretudo em áreas que demandam atendimento especializado e acompanhamento contínuo. Dessa forma, as Organizações Sociais passaram a desempenhar papel relevante na execução de serviços educacionais complementares, contribuindo para a ampliação do acesso à educação e para o fortalecimento das práticas inclusivas no âmbito escolar.

Ao mesmo tempo, a crescente participação dessas Organizações nas políticas públicas também suscita debates acerca dos limites, das potencialidades e das responsabilidades compartilhadas entre Estado e Sociedade Civil na garantia do direito à educação. Assim, investigar a atuação dessas entidades em contextos municipais específicos possibilita compreender como essas relações se materializam

na prática e quais impactos produzem na implementação das políticas públicas educacionais.

A escolha da temática desta pesquisa também está relacionada à trajetória acadêmica e profissional do pesquisador, construída no campo educacional e vinculada ao interesse pelas políticas públicas e pela gestão da educação. Minha trajetória acadêmica iniciou-se no curso de Licenciatura em Educação Física, realizado entre os anos de 2018 e 2020, na Faculdade Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Francisco (Eduvale). Posteriormente, no ano de 2022, cursei Especialização em Docência do Ensino Superior na Faculdade Fleming de Cerquillo (FAC), ampliando os conhecimentos relacionados à formação docente, às práticas pedagógicas e à organização educacional.

A continuidade dos estudos em nível de pós-graduação *stricto sensu* representa um importante processo de aprimoramento teórico-metodológico, permitindo não apenas a ampliação da formação acadêmica, mas também a consolidação de competências investigativas necessárias à produção do conhecimento científico. Nesse contexto, o ingresso no Mestrado em Educação possibilitou maior aproximação com os debates relacionados às políticas públicas educacionais, às Organizações Sociais e à gestão da educação, contribuindo diretamente para a delimitação do objeto desta pesquisa.

A escolha pelo mestrado em Educação justifica-se, ainda, pela sua aderência às demandas formativas de profissionais que atuam ou pretendem atuar na docência e na gestão educacional. Além disso, a formação em nível de mestrado possibilita o desenvolvimento de uma postura crítica e investigativa diante dos desafios educacionais contemporâneos, contribuindo para a construção de conhecimentos voltados à transformação da realidade social.

Diante disso, esta dissertação vincula-se à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen (RS) e ao projeto de pesquisa Educação, Direito e Sociedade.

O objetivo geral delimitado para esta pesquisa consiste em analisar as contribuições das Organizações Sociais nas políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT). Como objetivos específicos, pretende-se: levantar o referencial teórico das políticas públicas educacionais e das Organizações Sociais

como base interpretativa do estudo; examinar o marco legal e conceitual dessas organizações no contexto das políticas públicas; caracterizar a atuação da Associação Pestalozzi no município de Jaciara (MT); identificar as formas de inserção das Organizações Sociais na implementação das políticas educacionais do município; e interpretar as contribuições dessas organizações para as políticas públicas educacionais locais.

A partir dessa delimitação, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são as contribuições das Organizações Sociais nas políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT)?

Para responder à problemática proposta, o estudo fundamenta-se em abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislações, documentos institucionais, estatutos, relatórios de atuação e produções acadêmicas relacionadas à temática investigada. O estudo adota o método dialético, considerando a necessidade de compreender as relações entre Estado e Sociedade Civil em sua complexidade histórica, política e social.

A escolha do objeto de estudo fundamenta-se na observação da atuação das Organizações Sociais no município de Jaciara (MT), especialmente no que se refere à promoção de direitos e à participação em políticas públicas educacionais, configurando-se como temática relevante no campo da educação e das políticas públicas. Além disso, a pesquisa contribui para a ampliação do debate científico acerca das relações entre Organizações da Sociedade Civil e implementação de políticas educacionais em contextos municipais.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo busca contribuir para o avanço das discussões relacionadas às políticas públicas educacionais, à gestão da educação e à atuação das Organizações Sociais no contexto brasileiro. Socialmente, a investigação apresenta relevância ao evidenciar práticas institucionais voltadas à inclusão educacional e à promoção da cidadania de pessoas com deficiência.

Para assegurar a organização lógica do trabalho, bem como a clareza expositiva e a progressão metodológica da investigação, esta dissertação foi estruturada em oito Capítulos. O Capítulo 1 corresponde a esta introdução, na qual são apresentados a contextualização da temática, a trajetória formativa do pesquisador, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

No Capítulo 2, apresentam-se os fundamentos metodológicos que orientam a

investigação, detalhando a abordagem qualitativa, o método de pesquisa, os procedimentos técnicos e os critérios de análise das fontes utilizadas. O Capítulo 3 dedica-se ao estado do conhecimento, contemplando o mapeamento da produção acadêmica relacionada às políticas públicas, às Organizações Sociais e à educação.

Na sequência, o Capítulo 4 aborda as políticas públicas em sua dimensão conceitual e analítica, discutindo seus fundamentos teóricos, instrumentos e ciclos de formulação e implementação. O Capítulo 5 focaliza as políticas públicas educacionais, examinando seus marcos normativos e sua organização no contexto brasileiro.

O Capítulo 6 trata das Organizações Sociais, contemplando sua origem histórica, seus fundamentos legais e suas formas de atuação no âmbito das políticas públicas. Já o Capítulo 7 apresenta a análise empírica da pesquisa, examinando a atuação da Associação Pestalozzi no município de Jaciara (MT) e sua inserção nas políticas públicas educacionais locais.

Por fim, é apresentada as considerações finais, retomando o problema de pesquisa, os objetivos propostos e os principais resultados alcançados pela investigação, além de indicar possibilidades para estudos futuros acerca da temática.

2 PERCURSO METADOLÓGICO

A metodologia constitui elemento fundamental em uma dissertação de mestrado, uma vez que orienta o percurso investigativo e assegura a sistematização da pesquisa científica por meio de procedimentos teóricos e técnicos adequados ao objeto de estudo. Nesse sentido, o rigor metodológico possibilita que a investigação seja conduzida de maneira organizada, coerente e transparente, garantindo maior credibilidade científica aos resultados produzidos.

Além disso, a metodologia permite explicitar as escolhas realizadas pelo pesquisador ao longo da investigação, evidenciando os caminhos percorridos para a construção do conhecimento científico.

A definição metodológica assume papel central no desenvolvimento da pesquisa, pois estabelece os fundamentos que orientam desde a delimitação do problema investigativo até os procedimentos de coleta, organização e análise dos dados. Dessa forma, a metodologia não se restringe apenas à descrição de técnicas

e instrumentos, mas constitui a própria estrutura lógica que sustenta a investigação científica, permitindo a articulação entre teoria, objeto de estudo e análise dos resultados projetados.

Para Bardin (2016), a pesquisa científica caracteriza-se como um processo sistemático e rigoroso de investigação, desenvolvido por meio da utilização de métodos específicos voltados à compreensão, explicação e interpretação dos fenômenos naturais e sociais. O objetivo central da pesquisa científica consiste na produção de conhecimento novo e confiável, fundamentado na coleta, análise e interpretação sistemática das informações e evidências investigadas.

Nesse contexto, a pesquisa científica contribui para o desenvolvimento do conhecimento humano ao possibilitar a compreensão crítica da realidade social e a produção de interpretações fundamentadas acerca dos fenômenos investigados. Durante esse percurso, o pesquisador assume o papel de analista, o qual Bardin (2016) compara ao trabalho de um arqueólogo, que examina vestígios, organiza informações e interpreta elementos dispersos, buscando construir sentidos e inferências a partir dos materiais analisados.

A presente pesquisa possui como objetivo analisar as contribuições das Organizações Sociais nas políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT), assim, considerando a natureza do objeto investigado, optou-se pela utilização do método dialético, por compreender que as relações entre Estado, Sociedade Civil e políticas públicas constituem processos dinâmicos, históricos e marcados por contradições sociais e institucionais.

Conforme Triviños (2006), o método dialético permite compreender a realidade em movimento, considerando as relações, tensões e contradições existentes nos fenômenos sociais. Mais do que um simples procedimento técnico, o método dialético possibilita analisar os fenômenos em sua totalidade histórica, social e política, compreendendo que os processos sociais são construídos a partir das relações entre diferentes sujeitos, instituições e contextos históricos.

A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender as relações estabelecidas entre as Organizações Sociais e o Poder Público no âmbito das políticas educacionais, especialmente no que se refere à implementação de ações voltadas à educação inclusiva.

Assim, o método dialético possibilita analisar não apenas as contribuições

dessas Organizações, mas também os limites, desafios e contradições presentes nesse processo de articulação entre Estado e Sociedade Civil.

Quanto à natureza dos dados, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. A abordagem qualitativa fundamenta-se na compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, considerando seus significados, relações e contextos históricos. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que prioriza dados numéricos e mensuráveis, a pesquisa qualitativa busca interpretar os sentidos atribuídos às práticas sociais e institucionais, permitindo análise mais ampla e contextualizada da realidade investigada.

Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2025), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças, atitudes e relações humanas, possibilitando compreender aspectos subjetivos e sociais que não podem ser reduzidos a indicadores numéricos. Nesse sentido, essa abordagem mostra-se adequada ao presente estudo, considerando a necessidade de interpretar as formas de atuação das Organizações Sociais e suas contribuições para as políticas públicas educacionais no contexto municipal.

No que se refere aos procedimentos técnicos, esta investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio do levantamento e análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e demais produções acadêmicas relacionadas às políticas públicas, às Organizações Sociais e à educação inclusiva.

Conforme Rodrigues e Neubert (2023, p. 43), a pesquisa bibliográfica “é realizada em materiais publicados, com o objetivo de proporcionar ao pesquisador contato com o conhecimento produzido, recolher informações e compreender a teoria relacionada ao objeto de pesquisa”. Dessa forma, esse procedimento possibilita o aprofundamento teórico acerca da temática investigada, contribuindo para a construção do referencial analítico que sustenta o estudo.

Além da pesquisa bibliográfica, o estudo também se configura como pesquisa documental, considerando a utilização de documentos institucionais e normativos relacionados ao objeto investigado. A pesquisa documental caracteriza-se pela utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reinterpretados conforme os objetivos da investigação científica. Diferentemente da pesquisa bibliográfica, que trabalha predominantemente com

produções acadêmicas já sistematizadas, a pesquisa documental volta-se à análise de documentos institucionais, normativos, administrativos e históricos, permitindo ao pesquisador acessar informações diretamente relacionadas ao contexto investigado.

Nesse sentido, a utilização da pesquisa documental mostra-se especialmente relevante para esta investigação, uma vez que possibilita compreender como as Organizações Sociais se estruturam juridicamente e como se inserem na implementação das políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT).

A análise de estatutos, relatórios institucionais, legislações e documentos administrativos permite identificar práticas, finalidades institucionais, formas de organização e relações estabelecidas entre a Associação Pestalozzi e o Poder Público municipal.

Além disso, a pesquisa documental possibilita maior aproximação com a realidade empírica investigada, contribuindo para a compreensão dos processos institucionais e das estratégias desenvolvidas pelas Organizações Sociais no contexto das políticas educacionais. Dessa forma, os documentos analisados não são compreendidos apenas como registros formais, mas como fontes de produção de sentidos, informações e evidências relacionadas ao objeto de estudo.

A utilização desse procedimento metodológico também permite ampliar a confiabilidade da investigação, considerando que os documentos institucionais analisados constituem fontes oficiais relacionadas às práticas e às ações desenvolvidas pela Organização investigada, contribuindo para maior rigor científico na interpretação dos dados e na construção das análises realizadas ao longo da pesquisa.

Nesse contexto, foram analisados documentos legais, estatutos institucionais, relatórios de atuação da Associação Pestalozzi, legislações relacionadas às Organizações Sociais e às políticas públicas educacionais, bem como documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação do município de Jaciara (MT).

Entre os documentos analisados, destaca-se a Lei nº 9.637/1998, responsável por estabelecer diretrizes para a qualificação de entidades como Organizações Sociais e regulamentar instrumentos de parceria entre Poder Público e entidades privadas sem fins lucrativos. Também foram examinados documentos institucionais da Associação Pestalozzi, permitindo compreender sua forma de organização, objetivos institucionais e inserção no contexto das políticas públicas educacionais

municipais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como explicativa. Segundo Gil (2019), a pesquisa explicativa busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, analisando relações de causa e efeito e aprofundando a compreensão acerca da realidade investigada. Nesse sentido, o estudo busca compreender de que maneira as Organizações Sociais contribuem para a implementação das políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT), considerando suas práticas institucionais e formas de atuação.

O estudo também está fundamentado na análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), entendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que busca interpretar significados presentes nos documentos e materiais investigados. A análise de conteúdo possibilita organizar, categorizar e interpretar as informações coletadas, permitindo identificar sentidos, relações e inferências relacionadas ao objeto de estudo.

Segundo Bardin (2016, p. 46), a análise de conteúdo refere-se a:

“[...] um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessa mensagem”.

A análise de conteúdo diferencia-se da análise documental tradicional porque não se limita apenas à organização e descrição dos documentos analisados, mas busca interpretar os significados presentes nos materiais investigados. Assim, mais do que descrever informações, esse procedimento metodológico possibilita compreender sentidos, relações e elementos implícitos presentes nos documentos e discursos analisados.

Nesse contexto, a utilização da abordagem qualitativa, associada à pesquisa bibliográfica e documental e à análise de conteúdo, permite maior aprofundamento interpretativo acerca do objeto investigado, possibilitando compreender as relações estabelecidas entre Organizações Sociais e políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT).

A partir desse percurso metodológico, torna-se possível avançar para o Estado do Conhecimento, buscando identificar as produções acadêmicas existentes sobre a

temática investigada e situar a presente pesquisa no campo científico das políticas públicas educacionais e das Organizações Sociais.

3 ESTADO DO CONHECIMENTO

Considerando que o problema de pesquisa pode ser compreendido como um elemento orientador de todo o percurso investigativo, desde a revisão da literatura até a análise dos resultados, e tendo em vista que este estudo busca responder à seguinte questão: quais são as contribuições das Organizações Sociais nas políticas públicas educacionais no município de Jaciara (MT)?, torna-se necessário situar a investigação no campo científico por meio do levantamento da produção acadêmica existente sobre a temática.

Dessa forma, elaborou-se o Estado do Conhecimento com o objetivo de mapear as pesquisas relacionadas ao objeto deste estudo. O Estado do Conhecimento é compreendido como um método de pesquisa que envolve levantamento, identificação, registro e categorização da produção científica acerca de determinado tema ou área investigativa (Morosini; Fernandes, 2014).

Mais do que um inventário bibliográfico, esse procedimento busca mapear o desenvolvimento histórico e as tendências contemporâneas de uma temática, possibilitando a construção de um quadro analítico capaz de evidenciar recorrências, lacunas, aproximações e inovações presentes no campo científico.

Desse modo, o Estado do Conhecimento permite ao pesquisador compreender o que vem sendo produzido sobre a temática investigada, bem como identificar as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas nas diferentes pesquisas, contribuindo para a delimitação mais precisa do objeto de estudo. Além disso, desempenha papel fundamental na consolidação do percurso investigativo, uma vez que possibilita compreender como determinado tema vem sendo construído academicamente e quais perspectivas predominam nas produções existentes.

Esse mapeamento favorece a construção de um olhar crítico sobre o campo investigado, permitindo compreender quais temas recebem maior atenção dos pesquisadores e quais permanecem em condição de invisibilidade acadêmica.

Assim, o estado do conhecimento não apenas organiza informações já

existentes, mas também contribui para a problematização das ausências, dos silêncios e das limitações presentes na produção científica.

No contexto das políticas públicas educacionais e das Organizações Sociais, esse movimento torna-se ainda mais relevante, considerando que se trata de um campo marcado por diferentes abordagens teóricas, disputas conceituais e múltiplas formas de compreensão acerca da relação entre Estado e Sociedade Civil. Dessa maneira, o Estado do Conhecimento contribui para situar a presente investigação nesse cenário acadêmico, evidenciando sua pertinência científica e social.

O Estado do Conhecimento assume papel essencial no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, pois possibilita ao pesquisador compreender como determinada temática vem sendo abordada no campo científico, identificando tendências, referenciais teóricos, metodologias e lacunas investigativas.

Além de contribuir para a delimitação mais precisa do objeto de estudo, esse procedimento permite situar a pesquisa no contexto das produções já existentes, evitando repetições e fortalecendo a construção de análises originais. Nesse sentido, o levantamento realizado evidencia que, embora existam estudos relacionados às políticas públicas e às Organizações Sociais, são escassas as pesquisas que abordam especificamente a atuação dessas Organizações nas políticas públicas educacionais em âmbito municipal, especialmente no município de Jaciara (MT).

Dessa forma, o Estado do Conhecimento reforça a relevância, a originalidade e a contribuição científica da presente dissertação para o campo das políticas públicas educacionais e das Organizações Sociais.

A elaboração do Estado do Conhecimento assume caráter estratégico em investigações que dialogam com campos interdisciplinares, como o das políticas públicas educacionais, nos quais a diversidade de enfoques e metodologias exige um mapeamento rigoroso da produção acadêmica. Esse processo possibilita compreender não apenas o volume da produção científica, mas também seus direcionamentos históricos, teóricos e metodológicos, permitindo identificar aproximações e distanciamentos entre os estudos existentes.

O Estado do Conhecimento auxilia na compreensão do campo investigativo ao possibilitar ao pesquisador contato aprofundado com o tema, compreensão da evolução dos debates e identificação dos principais autores e teorias que sustentam a discussão acadêmica, contribuindo para a construção de embasamento teórico

consistente acerca do assunto.

Pesquisas recentes destacam que a elaboração do Estado do Conhecimento ultrapassa a simples revisão bibliográfica, exigindo critérios de seleção, sistematização e análise crítica das fontes (Kohls-Santos; Morosini, 2021). Trata-se de estratégia voltada à ampliação da compreensão sobre determinada temática, permitindo identificar perspectivas ainda pouco exploradas, bem como possibilidades de construção de novos olhares investigativos.

Ao contrário de revisões tradicionais, esse procedimento implica a construção de categorias de análise capazes de revelar padrões, controvérsias e silêncios, permitindo não apenas identificar autores e obras centrais, mas também compreender como os conceitos circulam, são apropriados e tensionados em diferentes contextos acadêmicos, ampliando a capacidade interpretativa do pesquisador sobre o campo investigado.

Nessa perspectiva, a técnica favorece a articulação entre o conhecimento já consolidado e as demandas contemporâneas da área, servindo de subsídio tanto para a fundamentação teórica quanto para a definição dos recortes empíricos.

Assim, ao construir o Estado do Conhecimento, o pesquisador tem a oportunidade de desenvolver contato aprofundado com a literatura existente, compreendendo a evolução dos debates e identificando os principais autores, correntes teóricas e metodologias que sustentam a discussão. Esse processo crítico contribui para a identificação de consensos, controvérsias e lacunas investigativas, aspectos essenciais para o delineamento de pesquisas originais (Morosini; Fernandes, 2014; Kohls-Santos; Morosini, 2021).

Para operacionalizar a etapa de levantamento, foram definidos descritores de busca que refletissem a intersecção entre políticas públicas, Organizações Sociais e educação, considerando a especificidade do recorte municipal.

Assim, a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES contemplou os seguintes termos, combinados ou isolados, em português: políticas públicas; Organizações Sociais; políticas públicas educacionais; e município de Jaciara (MT).

Cada descritor foi aplicado inicialmente em duas modalidades: com e sem refinamento, buscando verificar tanto a ocorrência geral das expressões quanto sua presença em contextos mais específicos, assegurando maior sensibilidade na identificação de produções potencialmente relacionadas ao objeto desta pesquisa. No

procedimento refinado, foram utilizados filtros disponíveis no próprio Catálogo da CAPES, como delimitação da área do conhecimento (Educação), tipo de trabalho (teses e dissertações), período de defesa (2018–2024) e palavras-chave presentes no título, resumo ou descritores dos registros.

Essa estratégia permitiu evidenciar resultados amplos de registros mais diretamente vinculados às políticas públicas educacionais e à atuação de Organizações Sociais no contexto municipal. Posteriormente, os termos foram sendo agregados, buscando identificar trabalhos que dialogassem diretamente com a temática desta pesquisa, resultando nos indicadores apresentados nas tabelas.

Tabela0 1 – Descritor “políticas públicas”

Descritor	Teses	Dissertações	Total
Sem refinamento	1.845	3.553	5.398
Com refinamento	1.171	1.828	2.999

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Portal da CAPES (2025).

Nesse descritor, considerado central para esta pesquisa, a busca inicial revelou volume expressivo de registros no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Na modalidade sem refinamento, foram localizadas 1.845 teses e 3.553 dissertações, totalizando 5.398 trabalhos. Quando aplicados os filtros de área do conhecimento (Educação), período de defesa (2018–2024) e campos de título, resumo e palavras-chave, a modalidade com refinamento retornou 1.171 teses e 1.828 dissertações, perfazendo 2.999 registros.

A leitura preliminar dos títulos e resumos evidenciou grande dispersão temática. Muitos trabalhos abordam políticas públicas em áreas como saúde, assistência social, meio ambiente ou segurança pública, com reduzida incidência direta sobre políticas educacionais ou sobre a participação de Organizações Sociais.

Esse dado revela que a expressão “políticas públicas”, apesar de amplamente empregada, funciona como categoria ampla e abrangente, exigindo estratégias adicionais de refinamento para alcançar estudos mais próximos da interface educação–Organizações Sociais.

No segundo descritor, “Organizações Sociais”, também se observou volume

elevado de registros no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, embora inferior ao identificado para “políticas públicas”. Na busca sem refinamento, foram localizadas 2.815 teses e 4.861 dissertações, totalizando 7.676 trabalhos. Quando aplicados os filtros, a modalidade com refinamento resultou em 223 teses e 288 dissertações, somando 511 registros.

Tabela 02 – Descritor “Organizações Sociais”

Descritor	Teses	Dissertações	Total
Sem refinamento	2.815	4.861	7.676
Com refinamento	223	288	511

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Portal da CAPES (2025)

Esses números demonstram que, embora mais restrito, o termo “Organizações Sociais” apresenta presença significativa na produção acadêmica, abrangendo diferentes áreas e perspectivas analíticas. Entretanto, a análise preliminar dos registros indica que a maior parte das pesquisas se concentra em experiências de gestão nas áreas da saúde, cultura ou assistência social, havendo poucas menções à educação básica ou superior.

Essa constatação justificou a decisão metodológica de combinar descritores, buscando identificar estudos relacionados à presença de Organizações Sociais na formulação ou implementação de políticas educacionais. Diante desse cenário, realizou-se nova etapa de busca, associando o descritor “Organizações Sociais” ao termo “políticas públicas”, com o objetivo de ampliar o refinamento e reduzir a abrangência excessiva dos resultados.

Tabela 3 – Descritores “políticas públicas” AND “Organizações Sociais”

Descritor	Teses	Dissertações	Total
Sem refinamento	89	96	185
Com refinamento	16	31	51

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Portal da CAPES (2025)

Após a obtenção dos resultados da busca combinada “políticas públicas” AND

“Organizações Sociais”, que totalizou 51 trabalhos na modalidade refinada, procedeu-se à leitura exploratória dos resumos e palavras-chave dos registros, buscando identificar estudos que dialogassem com a interface entre políticas públicas, educação e participação de Organizações Sociais.

A leitura preliminar evidenciou que, embora os trabalhos contenham associação entre políticas públicas e Organizações Sociais, a maior parte das pesquisas não se dedica diretamente à análise da implementação de políticas educacionais em parceria com entidades da Sociedade Civil. Predominam estudos voltados à participação das Organizações Sociais em movimentos de resistência, processos de formulação de políticas setoriais ou experiências de controle social em áreas diversas, como saúde, cultura, assistência social e educação não formal.

Outro aspecto relevante identificado durante a análise refere-se à predominância de pesquisas voltadas à discussão macroestrutural das políticas públicas, com reduzida incidência de estudos centrados nas dinâmicas locais de implementação das ações educacionais. Observou-se que muitos trabalhos analisam políticas públicas em âmbito nacional ou estadual, enquanto as experiências municipais aparecem de forma secundária ou pouco aprofundada.

Essa constatação evidencia a importância de pesquisas que investiguem contextos locais específicos, especialmente municípios de médio porte, nos quais as relações entre Organizações Sociais e Poder Público assumem características próprias e diretamente relacionadas às necessidades da comunidade. A investigação em âmbito municipal permite compreender de forma mais concreta os processos de implementação das políticas públicas, bem como os desafios enfrentados pelas instituições envolvidas.

Além disso, verificou-se que parte significativa das produções acadêmicas se concentra em análises normativas ou conceituais acerca das Organizações Sociais, havendo menor incidência de estudos empíricos voltados à compreensão das práticas institucionais desenvolvidas por essas entidades no contexto educacional. Tal cenário reforça a relevância desta pesquisa ao propor análise voltada à materialidade das ações desenvolvidas pela Associação Pestalozzi no município de Jaciara (MT).

Outro aspecto observado foi a diversidade de enfoques metodológicos e referenciais teóricos utilizados, revelando a vitalidade do tema, mas também a dispersão das análises. Há trabalhos de perspectiva histórica, estudos sobre

educação e direitos sociais e pesquisas comparativas ou transnacionais acerca da participação da Sociedade Civil em políticas públicas.

Essa heterogeneidade reforça a necessidade de recortes analíticos mais precisos para identificar experiências em que a atuação das Organizações Sociais ocorra articuladamente às políticas educacionais em nível local, permitindo examinar seus impactos na formulação, implementação e monitoramento das ações do Poder Público municipal.

Além disso, a leitura dos resumos e palavras-chave demonstrou que, mesmo quando a educação é mencionada, o foco raramente recai sobre mecanismos concretos de parceria entre Estado e Organizações Sociais, como convênios, contratos de gestão, termos de colaboração ou termos de parcerias. Na maioria dos casos, a educação aparece apenas como campo indireto de incidência.

Diante dessa constatação, buscou-se restringir ainda mais os critérios de busca, acrescentando a expressão “políticas públicas educacionais” ao conjunto inicial, visando localizar estudos que tratassem diretamente da implementação e gestão de políticas educacionais em parceria com Organizações Sociais.

Tabela 4 – Descritores “políticas públicas” AND “Organizações Sociais” AND “Políticas públicas educacionais

Descritor	Teses	Dissertações	Total
Sem refinamento	2	2	4
Com refinamento	2	0	2

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Portal da CAPES (2025)

Entre as produções localizadas, destacam-se a tese de Michele Cristina Souza Achcar Colla de Oliveira, intitulada “*A construção identitária e a função social das instituições comunitárias de educação superior (ICES) no Brasil, 2013–2022* (2023),” e a tese de Flávio Lopes dos Santos, “*Gestão escolar e educação especial: políticas e práticas nos Estados Unidos e Brasil* (2022)”.

Embora ambas dialoguem com políticas públicas educacionais e participação de Organizações Sociais, seus objetos não se relacionam diretamente ao recorte

desta pesquisa, tampouco à análise da interface entre Organizações Sociais e políticas educacionais em âmbito municipal. Esse achado reforça a hipótese de que a intersecção temática explorada nesta dissertação permanece pouco desenvolvida na produção acadêmica brasileira.

Na sequência, realizou-se nova busca associando simultaneamente os descritores “políticas públicas”, “Organizações Sociais”, “políticas públicas educacionais” e “Jaciara (MT)”. A busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, tanto sem refinamento quanto com refinamento, nesta busca não retornou qualquer registro de tese ou dissertação contemplando essa combinação de termos pesquisado.

Os resultados obtidos ao longo do levantamento bibliográfico e documental demonstram que, embora exista produção acadêmica significativa sobre políticas públicas e Organizações Sociais de forma isolada, ainda são reduzidos os estudos que investigam a articulação entre esses elementos no âmbito das políticas públicas educacionais municipais. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se busca compreender a atuação concreta das Organizações Sociais em contextos específicos de implementação das políticas educacionais.

Dessa forma, o Estado do Conhecimento evidencia não apenas a relevância científica da temática investigada, mas também a necessidade de ampliação de estudos que analisem as relações entre Estado, Sociedade Civil e políticas educacionais em realidades locais.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para o fortalecimento desse campo investigativo, oferecendo elementos analíticos que possibilitem compreender as contribuições das Organizações Sociais para a efetivação das políticas públicas educacionais em âmbito municipal.

Esse vazio empírico destaca a relevância e a originalidade da presente investigação, que se propõe a analisar realidade municipal ainda não documentada em estudos de pós-graduação, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre a atuação de Organizações Sociais na implementação de políticas educacionais em municípios de médio porte do Centro-Oeste brasileiro.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes da abordagem acerca das políticas públicas, é necessário compreender, ainda que de forma sintetizada, o conceito de problemas públicos, uma vez que essas políticas são criadas para amenizar ou extinguir tais problemas. Os problemas públicos constituem construções sociais que emergem a partir de demandas coletivas e da percepção de determinadas situações como indesejáveis ou passíveis de intervenção estatal.

Dessa forma, os problemas públicos correspondem às situações que afetam a sociedade em diferentes dimensões, podendo ser ocasionados por fatores econômicos, políticos, ambientais, culturais e sociais, como febre amarela, congestionamentos urbanos decorrentes da falta de infraestrutura, analfabetismo, criminalidade, abuso sexual infantojuvenil, tráfico de drogas, evasão escolar, ausência de vagas em creches, pobreza e desemprego, entre outros. Nesse sentido, conforme Secchi (2014), a definição de um problema público envolve não apenas sua existência objetiva, mas também seu reconhecimento como questão que demanda ação governamental.

A transformação de demandas sociais em problemas públicos não ocorre de maneira automática, mas resulta de processos sociais, políticos e institucionais que envolvem disputas de interesses, relações de poder e mecanismos de visibilidade social. Nesse sentido, determinados problemas passam a integrar a agenda governamental não apenas em razão de sua gravidade objetiva, mas também pela capacidade de mobilização dos atores sociais envolvidos, pela pressão da Sociedade Civil e pela atuação dos meios de comunicação.

Essa dinâmica demonstra que a definição dos problemas públicos está diretamente relacionada ao contexto histórico e político de cada sociedade, sendo influenciada por fatores econômicos, culturais e institucionais. Assim, diferentes grupos sociais disputam espaço na agenda pública, buscando reconhecimento para determinadas demandas e pressionando o Estado pela formulação de respostas institucionais capazes de enfrentar os problemas identificados.

Nesse contexto, as políticas públicas podem ser compreendidas não apenas como instrumentos técnicos de gestão estatal, mas também como expressões das relações sociais e políticas existentes em determinado período histórico. Tal

compreensão evidencia o caráter dinâmico, conflituoso e coletivo que permeia a formulação e a implementação das políticas públicas.

A partir do momento em que determinados problemas passam a ser reconhecidos como públicos, eles passam a demandar respostas institucionais por parte do Estado, sendo que, nesse contexto, emergem as políticas públicas como instrumentos de intervenção e enfrentamento dessas questões.

Para Souza (2006), a política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Essa definição evidencia que as políticas públicas abrangem tanto a ação estatal quanto o campo analítico voltado ao exame de seus processos, resultados e impactos. Assim, a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações capazes de produzir resultados concretos na realidade social.

Nesse contexto, Dye (2013) define políticas públicas como tudo aquilo que o governo decide fazer ou deixar de fazer, reforçando que a inação também constitui uma forma de política pública, uma vez que produz efeitos sociais concretos. Em outra compreensão, Secchi (2014) sinaliza que as políticas públicas são diretrizes e ações criadas para resolver ou amenizar problemas públicos, como políticas voltadas à educação, saúde, habitação e gênero. Essa definição destaca o caráter instrumental das políticas públicas, vinculando-as diretamente à intervenção sobre problemas coletivos.

Além disso, as políticas públicas não se restringem apenas à atuação administrativa do Estado, mas envolvem processos complexos de tomada de decisão, negociação e articulação entre diferentes atores sociais e institucionais. Nesse sentido, a formulação de políticas públicas depende da interação entre governo, Sociedade Civil, movimentos sociais, organismos internacionais e instituições públicas, os quais influenciam diretamente a definição das prioridades governamentais.

A literatura contemporânea sobre políticas públicas também destaca que a ação estatal ocorre em contextos marcados por disputas de interesses e limitações institucionais, o que faz com que as políticas públicas sejam constantemente reformuladas, ajustadas ou redefinidas ao longo de sua implementação. Dessa forma,

compreender as políticas públicas exige analisar não apenas seus objetivos formais, mas também os processos políticos e sociais que condicionam sua efetividade na realidade concreta.

Já na perspectiva de Riboli (2021, p. 207), políticas públicas apresentam um elo entre Estado e sociedade, uma vez que:

“As políticas públicas, em uma dimensão geral, significam o conjunto de ações de natureza estatal que tem como propósito assegurar a efetivação do bem-estar da população, contemplando o interesse público. Elas são as responsáveis pela ligação entre o Estado e a sociedade e decorrem de decisões políticas de governo. Podem ter origem constitucional ou em outras leis. Elas direcionam as ações dos governos, orientando um planejamento e seu desdobramento até a sua efetivação aos beneficiários.”

As políticas públicas, conforme a definição citada, representam um conjunto de ações do Estado voltadas à garantia do bem-estar social e à efetivação do interesse público, sendo responsáveis por dar concretude às ações governamentais destinadas à população. Essas políticas podem possuir origem constitucional ou infraconstitucional, orientando o planejamento estatal e sua materialização na realidade social. Nesse sentido, Peters (2018) destaca que as políticas públicas atuam como instrumentos de governança, articulando decisões políticas, recursos institucionais e mecanismos de implementação.

Ademais, essas políticas são operacionalizadas por meio de diferentes instrumentos, como legislações, programas governamentais, campanhas públicas, planos de ação e estratégias institucionais. Entre os exemplos de instrumentos legais podem ser citadas a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, destacam-se campanhas de doação de sangue, agasalhos e órgãos, programas habitacionais, ações de inclusão social e políticas voltadas à universalização da educação.

Outro exemplo de instrumento para realização dessas políticas são as ações governamentais ou das Organizações Sociais voltadas ao empoderamento feminino, configurando políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade de gênero.

No campo internacional, organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) têm enfatizado a importância de políticas públicas voltadas à equidade de gênero, como expresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem agenda global estabelecida em 2015 pela ONU, composta por 17 objetivos e 169 metas voltados à promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental, com horizonte até 2030 (ONU, 2015).

As ações, diretrizes e estratégias governamentais ou das Organizações Sociais, desenvolvidas conjuntamente ou separadamente, podem ser consideradas instrumentos de políticas públicas, especialmente quando voltadas à melhoria de indicadores nas áreas de saúde, educação, segurança, meio ambiente, transporte, cultura, habitação e assistência social.

Dessa forma, as políticas públicas se concretizam por meio de instrumentos que operacionalizam as decisões governamentais e permitem sua implementação na realidade social.

No que se refere ao ciclo das políticas públicas, este, trata-se de um processo que envolve diferentes atores sociais. Segundo Secchi (2014), as principais etapas desse ciclo são:

- a) identificação do problema público, etapa inicial que justifica a elaboração das políticas públicas, como nos casos de aumento da criminalidade, evasão escolar ou mortalidade materna;
- b) formação da agenda governamental, que consiste na seleção dos problemas considerados prioritários em determinado período histórico e político;
- c) formulação das alternativas, momento em que são construídos planos de ação para enfrentamento dos problemas públicos;
- d) tomada de decisão, etapa em que ocorre a escolha das alternativas consideradas mais adequadas;
- e) implementação, momento em que as intenções governamentais são transformadas em ações concretas;
- f) avaliação, fase em que se analisam eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas implementadas.

A partir do processo de avaliação, torna-se possível verificar a continuidade, reformulação ou extinção das políticas públicas, considerando os resultados obtidos e os impactos produzidos na realidade social. Nesse sentido, Dunn (2018) reforça que o ciclo das políticas públicas não ocorre de maneira linear, mas de forma dinâmica, com interações constantes entre as etapas, influenciadas por fatores políticos, institucionais e sociais.

A compreensão do ciclo das políticas públicas permite identificar que as decisões governamentais não ocorrem de forma isolada ou linear, mas resultam de

processos permanentes de negociação, avaliação e reformulação. Nesse contexto, cada etapa do ciclo sofre influência de fatores políticos, econômicos, institucionais e sociais, que podem alterar tanto as prioridades governamentais quanto os resultados esperados das políticas implementadas.

Além disso, a execução das políticas públicas depende da capacidade administrativa do Estado, da disponibilidade de recursos financeiros, da articulação entre instituições e da participação dos diferentes atores envolvidos. Muitas vezes, políticas públicas formuladas de maneira adequada enfrentam dificuldades durante sua implementação em razão de limitações estruturais, burocráticas ou políticas.

Essa realidade evidencia que a efetividade das políticas públicas não depende exclusivamente de sua formulação normativa, mas também das condições concretas existentes para sua execução e monitoramento. Assim, o estudo das políticas públicas exige abordagem que considere simultaneamente os aspectos legais, institucionais, sociais e políticos que influenciam o desenvolvimento das ações governamentais.

As políticas públicas devem ser planejadas, elaboradas e executadas para resolver problemas públicos, mas não necessariamente para perdurarem indefinidamente. Elas podem ser extintas quando os problemas forem solucionados, quando deixarem de produzir resultados satisfatórios ou quando ocorrerem mudanças nas prioridades políticas e sociais. Ademais, a descontinuidade de políticas públicas também pode estar relacionada a mudanças de governo, restrições orçamentárias ou redefinições de agendas governamentais.

As referidas políticas são consideradas produtos de interações sociais, ou seja, construções coletivas desenvolvidas a partir da atuação de diferentes sujeitos e instituições. Essa compreensão aproxima-se das abordagens institucionais, que entendem as políticas públicas como resultado de processos de negociação entre diferentes atores sociais e políticos (Peters, 2018).

Nesse contexto, os cidadãos podem atuar sobre as políticas públicas por meio da participação direta e institucional, como conselhos gestores, audiências públicas, iniciativas populares e ações populares. Os conselhos gestores atuam em áreas como saúde, educação e assistência social, participando da formulação, fiscalização e acompanhamento das políticas públicas.

Os cidadãos também podem participar das políticas públicas de forma indireta, por meio do voto, campanhas políticas, movimentos sociais, associações e

mobilizações coletivas. A participação social, conforme destacado por Santos (2002), constitui elemento fundamental para a democratização das políticas públicas e para o fortalecimento da cidadania.

No que se refere à fiscalização e ao controle social das políticas públicas, destacam-se os Portais da Transparência e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Lei nº 12.527/2011, além da atuação dos tribunais de contas, controladorias e Ministério Público. Esses mecanismos contribuem para a transparência, accountability e fiscalização da gestão pública.

Nesse sentido, a participação social nas políticas públicas não se restringe à atuação formal em espaços institucionais, mas também se manifesta na construção de demandas coletivas e na incidência sobre as decisões governamentais, configurando-se como elemento constitutivo do processo democrático.

A institucionalização de mecanismos participativos no Brasil, especialmente após a Constituição Federal de 1988, consolidou instrumentos que permitem maior atuação dos cidadãos na gestão pública, como conselhos, conferências e audiências públicas, os quais passaram a desempenhar papel relevante na formulação, implementação e controle das políticas públicas.

Além disso, a participação social contribui para a transparência e legitimidade das ações estatais, possibilitando o acompanhamento das decisões governamentais e a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, fortalecendo o controle social e ampliando a responsabilidade dos gestores públicos.

Outro aspecto relevante no campo das políticas públicas refere-se à crescente participação das Organizações da Sociedade Civil na implementação de ações estatais, especialmente em áreas como educação, saúde e assistência social. Essa participação evidencia novas formas de governança pública, marcadas pela articulação entre Estado e Sociedade Civil na execução de programas e serviços voltados ao atendimento das demandas sociais.

Nesse cenário, as Organizações Sociais passam a atuar como importantes agentes na operacionalização das políticas públicas, contribuindo para ampliar a capilaridade das ações governamentais e possibilitando maior aproximação com as necessidades locais da população. Ao mesmo tempo, essa atuação também suscita debates acerca dos limites, responsabilidades e formas de controle dessas parcerias institucionais.

Dessa maneira, compreender as políticas públicas contemporâneas exige considerar a participação de múltiplos atores sociais na construção, implementação e avaliação das ações governamentais, especialmente em contextos nos quais as Organizações da Sociedade Civil assumem papel relevante na efetivação dos direitos sociais.

No campo das políticas públicas, essa relação entre participação e gestão evidencia que a ação estatal não ocorre de forma isolada, mas em constante interação com diferentes atores sociais, que influenciam tanto a definição dos problemas públicos quanto a construção das soluções propostas. Desse modo, as políticas públicas configuram-se como processos dinâmicos, envolvendo múltiplos sujeitos, interesses e disputas.

Essa dinâmica evidencia que as políticas públicas não são estáticas, mas se transformam conforme as mudanças sociais, econômicas e políticas, exigindo constante adaptação por parte do Estado e dos atores envolvidos em sua formulação e implementação.

Nesse contexto, a compreensão das políticas públicas requer considerar não apenas seus aspectos normativos e institucionais, mas também os processos sociais que lhes dão origem e sustentação, evidenciando a complexidade que caracteriza esse campo de estudo. A partir dessa compreensão geral das políticas públicas, torna-se possível avançar para a análise das políticas públicas educacionais, considerando suas especificidades, seus marcos normativos e sua inserção no contexto das ações estatais voltadas à garantia do direito à educação.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas educacionais são ações, diretrizes e documentos que estabelecem metas para garantir o direito à educação de qualidade. Elas acontecem de forma sistêmica, isto é, nas esferas federal, estadual e municipal (Brasil, 2025). Nesse contexto, as políticas públicas educacionais estruturam-se como parte integrante das políticas sociais, sendo responsáveis pela organização, regulação e oferta da educação em diferentes níveis e modalidades, articulando normas legais, programas governamentais e diretrizes pedagógicas.

As políticas públicas educacionais configuram-se como instrumentos centrais de organização do sistema educacional e de promoção do direito à educação, assumindo papel estratégico no desenvolvimento social, econômico e cultural de uma sociedade. Mais do que ações administrativas, essas políticas expressam concepções de Estado, projetos de sociedade e disputas em torno da garantia dos direitos sociais, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Nesse sentido, as políticas educacionais refletem os contextos históricos, políticos e econômicos em que são formuladas, sendo influenciadas por diferentes interesses sociais, institucionais e governamentais. A educação, enquanto direito social fundamental, exige a construção de políticas públicas capazes de assegurar não apenas o acesso à escola, mas também condições de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, as políticas públicas educacionais assumem importância fundamental na promoção da cidadania e na redução das desigualdades sociais, considerando que a educação constitui um dos principais mecanismos de inclusão social e democratização das oportunidades. Dessa forma, a efetividade dessas políticas está diretamente relacionada à capacidade do Estado de planejar, implementar e avaliar ações voltadas à garantia da qualidade educacional em diferentes realidades sociais.

Souza (2006) destaca que, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, cujo foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Logo, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. No campo educacional, essa abordagem multidisciplinar permite compreender a educação como fenômeno social complexo, que envolve dimensões institucionais, culturais, econômicas e políticas, sendo influenciado por diferentes atores e contextos históricos.

Essas políticas estão relacionadas ao desenvolvimento social e à garantia dos direitos educacionais previstos na Constituição Federal de 1988. Atualmente, como exemplo, é possível citar as seguintes políticas educacionais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Escola em Tempo Integral; Pé-de-Meia; Programa Universidade para Todos (ProUni); Educação em Prisões; Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Programa Escola Acessível;

Sistemas de Cotas; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; Programa de Mestrado Profissional para qualificação de professores da rede pública de educação básica (ProEB), entre outras.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social fundamental, conforme disposto no artigo 6º, e como dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, conforme o artigo 205 (Brasil, 1988). Além disso, o artigo 206 define os princípios que regem o ensino no Brasil, como igualdade de condições para acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público e gestão democrática do ensino público (Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988 representou importante marco no processo de democratização da educação brasileira ao reconhecer a educação como direito social fundamental e dever do Estado. A partir dela, consolidou-se uma perspectiva de educação vinculada à cidadania, à dignidade humana e à redução das desigualdades sociais, ampliando a responsabilidade estatal na garantia do acesso e permanência dos estudantes no sistema educacional.

Nesse contexto, a LDB/1996 passou a desempenhar papel estruturante na organização da educação nacional, regulamentando princípios constitucionais e definindo competências administrativas, níveis de ensino e diretrizes pedagógicas. A legislação educacional brasileira passou, então, a orientar-se por princípios relacionados à universalização do acesso, à gestão democrática, à valorização dos profissionais da educação e à garantia de padrão mínimo de qualidade do ensino.

Com a redemocratização do Brasil foram criadas regras importantes para organizar a educação brasileira, sendo a LDB/1996 uma delas, ao sinalizar em seu Art. 1º que a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e Organizações da Sociedade Civil e nas manifestações culturais”.

A LDB também define a estrutura da educação nacional, organizando-a em educação básica e educação superior, além de estabelecer competências para os entes federativos, conforme os artigos 8º e 9º (Brasil, 1996). A educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, enquanto a educação superior abrange cursos de graduação e pós-graduação.

No que se refere às competências, cabe à União a coordenação da política

nacional de educação, a definição de diretrizes gerais e a garantia de um padrão mínimo de qualidade; aos estados compete organizar, manter e desenvolver os sistemas de ensino, especialmente no ensino fundamental e médio; e aos municípios cabe atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental (Brasil, 1996).

Nesse sentido, o sistema educacional brasileiro caracteriza-se pela descentralização administrativa, na qual União, estados e municípios possuem responsabilidades compartilhadas na oferta e gestão da educação, articulando-se por meio de regimes de colaboração previstos na própria LDB e na Constituição Federal de 1988, com o objetivo de garantir a universalização do acesso, a permanência dos estudantes e a qualidade do ensino em todo o território nacional.

Essa organização do sistema educacional implica a atuação articulada de diferentes atores, abrangendo instâncias estatais, sujeitos e instituições da Sociedade Civil. Diversos atores participam, de forma direta ou indireta, das políticas educacionais, incluindo o Estado, em suas três esferas, e Organizações da Sociedade Civil, cuja atuação contribui para o fortalecimento e aprimoramento do sistema educacional brasileiro.

Nesse contexto, organismos internacionais, como a UNESCO, têm destacado a importância da cooperação entre Estado e Sociedade Civil na promoção da educação, especialmente no âmbito da Agenda Educação 2030 (UNESCO, 2015). Assim, os desafios postos na educação brasileira são complexos, históricos e dialéticos, porque perpassam aspectos sociais, políticos e econômicos. Contudo, requerem articulação e compromisso do Estado nas três esferas federativas, bem como das Organizações Sociais e da Sociedade Civil, para que a educação se torne efetivamente instrumento de transformação social e desenvolvimento integral dos cidadãos.

Para Saviani (2008), a educação no Brasil historicamente reflete as desigualdades sociais, sendo as políticas educacionais instrumentos fundamentais para enfrentar essas desigualdades. Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer diretrizes nacionais que orientem a organização do ensino e contribuam para a redução das desigualdades educacionais, por meio da definição de conteúdo, competências e aprendizagens comuns.

Para compreender a essência das políticas educacionais, é fundamental

entender que a BNCC é um documento oficial do Ministério da Educação, que orienta a elaboração dos currículos das redes de ensino e também as propostas pedagógicas das instituições escolares públicas e privadas do Brasil. Ela estabelece direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes, definindo conteúdos mínimos e competências a serem desenvolvidas ao longo da educação básica (Brasil, 2018).

A BNCC fundamenta-se na LDB/1996, que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro no âmbito público e privado, pautado nos preceitos da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 9º, inciso IV, a LDB afirma que cabe à União estabelecer currículos e conteúdos mínimos de forma a assegurar formação básica comum (Brasil, 1996).

Nesse contexto normativo, a BNCC tem como fio condutor o desenvolvimento de dez competências gerais, a serem desenvolvidas ao longo da educação básica por meio das aprendizagens previstas no documento. Essas competências envolvem dimensões cognitivas, socioemocionais e éticas, visando à formação integral do estudante e sua preparação para a vida em sociedade (Brasil, 2018).

A implementação da BNCC também evidencia os desafios existentes na construção de uma política curricular nacional em um país marcado por profundas desigualdades regionais, sociais e econômicas. Embora a definição de competências e aprendizagens comuns busque promover maior equidade educacional, sua efetivação depende das condições estruturais das redes de ensino, da formação docente, da disponibilidade de recursos pedagógicos e da capacidade administrativa dos sistemas educacionais.

Além disso, a BNCC suscitou debates no campo educacional acerca da padronização curricular, da autonomia pedagógica das escolas e das formas de avaliação da aprendizagem. Nesse sentido, a implementação das políticas curriculares envolve tensões entre uniformização e diversidade, exigindo constante articulação entre diretrizes nacionais e especificidades locais.

A versão mais atualizada da BNCC foi homologada em 2017 para a educação infantil e o ensino fundamental. Já para o ensino médio, a homologação ocorreu em 2018, constituindo o documento unificado para a educação básica. A introdução da BNCC de Computação ocorreu em 2022, e a nova versão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio foi publicada em 2024. Essas atualizações refletem a

necessidade de adaptação das políticas educacionais às transformações sociais, tecnológicas e econômicas contemporâneas.

As Organizações Sociais, bem como outras entidades do terceiro setor, tiveram papel significativo na elaboração e implementação da BNCC, atuando em colaboração com o governo e os sistemas de ensino. Essas organizações oferecem suporte especializado para que os objetivos da BNCC sejam alcançados, promovendo igualdade de oportunidades, redução das desigualdades educacionais e formação integral dos estudantes.

Nesse contexto, a atuação dessas Organizações ocorre por meio de parcerias, projetos educacionais, formação de professores e apoio técnico às redes de ensino, contribuindo para a implementação das políticas educacionais.

Além disso, políticas educacionais como o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecem metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil, com vigência decenal, orientando as ações dos entes federativos (Brasil, 2014). O PNE constitui instrumento de planejamento de longo prazo, articulando diretrizes nacionais com a atuação dos sistemas de ensino em âmbito estadual e municipal.

Diante disso, o PNE expressa a tentativa de organizar a política educacional de forma sistêmica, alinhando objetivos, metas e estratégias em diferentes níveis de governo. O plano define metas relacionadas ao acesso, permanência, qualidade do ensino, formação docente e financiamento da educação, sendo estruturado em 20 metas que abrangem desde a educação infantil até a pós-graduação.

Sobre isso, Saviani (2008) afirma que o planejamento educacional assume papel fundamental na organização das políticas públicas, na medida em que busca articular objetivos educacionais às condições concretas de sua realização.

No que se refere ao financiamento, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é fundamental na redistribuição de recursos e na garantia de financiamento da educação básica (Brasil, 2020), sendo estruturado como mecanismo de cooperação federativa voltado à redução das desigualdades regionais e ao fortalecimento das redes públicas de ensino.

A efetividade das políticas educacionais também está diretamente relacionada ao financiamento público da educação, uma vez que a garantia do direito à educação exige recursos financeiros capazes de assegurar infraestrutura adequada, valorização dos profissionais da educação, formação docente e condições pedagógicas

compatíveis com os objetivos previstos nas legislações educacionais.

Nesse contexto, o FUNDEB assume papel estratégico na redução das desigualdades educacionais entre estados e municípios, especialmente em regiões historicamente marcadas por limitações financeiras e estruturais. A redistribuição de recursos realizada pelo fundo busca assegurar condições mínimas de funcionamento das redes de ensino, contribuindo para maior equilíbrio federativo na oferta da educação básica.

Entretanto, mesmo com os avanços promovidos pelas políticas de financiamento educacional, persistem desafios relacionados às desigualdades regionais, à insuficiência de recursos e às diferenças estruturais entre os sistemas de ensino. Dessa forma, o financiamento da educação permanece como um dos principais desafios para a efetivação das políticas públicas educacionais no Brasil.

O FUNDEB é composto por recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais, sendo redistribuído com base no número de matrículas, o que contribui para a equalização do financiamento educacional entre os entes federativos (Brasil, 2020). Corrobora-se, assim, o entendimento de Barr (2012), de que o financiamento educacional é elemento fundamental para a efetividade das políticas públicas, uma vez que condiciona a oferta e a qualidade dos serviços educacionais.

A política educacional também envolve mecanismos de avaliação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que permite monitorar a qualidade do ensino e subsidiar a formulação de políticas públicas (INEP, 2023), constituindo-se como instrumento de produção de indicadores educacionais que orientam a tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.

O SAEB integra um conjunto de avaliações em larga escala que possibilitam a análise do desempenho dos estudantes e das condições de oferta do ensino, fornecendo subsídios para o planejamento educacional (INEP, 2023). Esses mecanismos reforçam o entendimento destacado por Soares (2011), de que os sistemas de avaliação são fundamentais para a compreensão da qualidade da educação, na medida em que produzem dados que permitem identificar desigualdades e orientar intervenções no sistema educacional.

Os sistemas de avaliação em larga escala também evidenciam mudanças nas formas de gestão das políticas educacionais contemporâneas, marcadas pela ampliação do uso de indicadores, metas e resultados no planejamento das ações

governamentais. Nesse modelo de gestão, a produção de dados educacionais passa a orientar decisões relacionadas à formulação de programas, distribuição de recursos e definição de prioridades no campo educacional.

Ao mesmo tempo, os mecanismos de avaliação também suscitam debates acerca dos limites da mensuração da qualidade educacional, especialmente quando os indicadores quantitativos passam a ocupar posição central na definição das políticas públicas. Assim, a utilização dos resultados das avaliações exige análise crítica e contextualizada, considerando as diferenças sociais, econômicas e culturais existentes entre as redes e instituições escolares.

Assim, a articulação entre currículo, financiamento, avaliação e gestão constitui elemento central das políticas educacionais, permitindo sua implementação e acompanhamento.

A educação inclusiva também se insere no campo das políticas educacionais, sendo garantida por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que assegura o direito à educação para pessoas com deficiência, estabelecendo a obrigatoriedade de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e modalidades de ensino.

Nesse contexto, a educação inclusiva constitui-se como princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas, buscando garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência no ensino regular (Brasil, 2015).

Além disso, programas de acesso ao ensino superior, como o ProUni e o FIES, ampliam as oportunidades educacionais, contribuindo para a democratização do ensino superior. O ProUni concede bolsas de estudo em instituições privadas, enquanto o FIES possibilita o financiamento das mensalidades, inserindo-se no conjunto de políticas voltadas à ampliação do acesso à educação superior.

A política de educação integral, por sua vez, busca ampliar a jornada escolar e promover o desenvolvimento integral dos estudantes, articulando dimensões cognitivas, sociais, culturais e físicas do processo educativo. Essa política encontra respaldo na LDB/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e em programas como o Escola em Tempo Integral.

Essa política fundamenta-se na compreensão de que a ampliação do tempo escolar deve estar associada à diversificação das experiências formativas,

envolvendo práticas pedagógicas que integrem diferentes áreas do conhecimento e promovam o desenvolvimento pleno dos sujeitos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a redução das desigualdades educacionais.

As políticas educacionais também dialogam com agendas internacionais, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente o ODS 4, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ONU, 2015).

Nesse contexto, o ODS 4 articula-se com outros objetivos da Agenda 2030, evidenciando que a educação constitui elemento central para a promoção da equidade social e para a redução das desigualdades em diferentes dimensões.

Dessa forma, as políticas educacionais nacionais passam a dialogar com diretrizes internacionais, incorporando princípios e metas que orientam a formulação e implementação das ações estatais no campo educacional.

Outro aspecto relevante no campo das políticas públicas educacionais refere-se à crescente participação das Organizações da Sociedade Civil na implementação de programas e ações educacionais. Essa atuação ocorre especialmente em áreas relacionadas à educação inclusiva, formação docente, apoio pedagógico e desenvolvimento de projetos voltados a grupos em situação de vulnerabilidade social.

Nesse cenário, as Organizações Sociais passam a atuar em parceria com o poder público por meio de convênios, termos de colaboração e outras formas de cooperação institucional, contribuindo para ampliar a capacidade de atendimento das políticas educacionais. Essa dinâmica evidencia novas formas de governança pública, marcadas pela articulação entre Estado e Sociedade Civil na execução das ações educacionais.

Ao mesmo tempo, essa participação também suscita debates acerca da responsabilidade estatal, dos mecanismos de controle e da efetividade das parcerias estabelecidas no âmbito das políticas públicas educacionais. Assim, compreender a atuação dessas organizações torna-se fundamental para analisar as formas contemporâneas de implementação das políticas educacionais no contexto brasileiro.

Nesse contexto, observa-se que a execução das políticas educacionais ocorre por meio de uma rede de relações institucionais, que inclui órgãos governamentais, sistemas de ensino e Organizações da Sociedade Civil, as quais atuam de forma complementar às ações estatais, especialmente no desenvolvimento de programas, projetos e serviços educacionais.

Dessa forma, a compreensão das políticas educacionais demanda a análise dos sujeitos e instituições que participam de sua operacionalização, considerando as formas de articulação entre Estado e sociedade na promoção do direito à educação. É nesse cenário que se inserem as Organizações Sociais, que passam a desempenhar papel relevante na execução de políticas públicas educacionais.

Essa forma de organização evidencia que a implementação das políticas educacionais ocorre em um contexto de governança compartilhada, no qual diferentes instituições assumem responsabilidades complementares na execução das ações públicas. Nesse cenário, a atuação de entidades da Sociedade Civil não substitui o papel do Estado, mas se configura como parte das estratégias adotadas para ampliar a capacidade de atendimento das políticas educacionais e alcançar diferentes públicos e territórios.

Dessa maneira, a presença desses atores no campo educacional insere-se em um movimento mais amplo de reorganização das políticas públicas, marcado pela ampliação de parcerias institucionais e pela diversificação dos mecanismos de implementação. Esse processo evidencia a necessidade de compreender como se estruturam essas relações e quais são os instrumentos jurídicos e institucionais que regulam a atuação dessas organizações no âmbito das políticas públicas.

6 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

No contexto das políticas públicas contemporâneas, a compreensão das Organizações Sociais demanda, inicialmente, a análise das formas institucionalizadas de relação entre Estado e Sociedade Civil, especialmente aquelas que envolvem a execução de serviços públicos por entidades privadas sem fins lucrativos. Nesse sentido, destaca-se o modelo dessas Organizações, cuja configuração jurídica se insere no processo de reforma administrativa do Estado brasileiro, orientado por princípios de eficiência, descentralização e gestão por resultados.

As Organizações Sociais inserem-se no contexto das transformações contemporâneas das relações entre Estado e Sociedade Civil, especialmente no âmbito das políticas públicas voltadas à promoção de direitos sociais. Essas entidades passaram a assumir papel relevante na execução de serviços de interesse coletivo,

sobretudo em áreas como educação, saúde, assistência social, cultura e meio ambiente, atuando de forma complementar às ações estatais.

Nesse cenário, o chamado Terceiro Setor passa a ocupar posição estratégica na implementação de políticas públicas, constituindo espaço intermediário entre o Estado e o mercado. Diferentemente das instituições públicas estatais e das organizações privadas com finalidade lucrativa, as entidades do terceiro setor possuem natureza privada, ausência de finalidade lucrativa e atuação voltada ao interesse público e à promoção de direitos sociais.

A ampliação da participação dessas organizações na esfera pública está diretamente relacionada às transformações ocorridas no modelo de gestão estatal, especialmente a partir das reformas administrativas da década de 1990, marcadas pela descentralização administrativa, pela busca de eficiência na gestão pública e pela ampliação das formas de cooperação entre Estado e Sociedade Civil.

Esse movimento de reconfiguração do papel do Estado, especialmente a partir das reformas administrativas da década de 1990, não ocorre de forma isolada, mas integra contexto mais amplo de transformação das formas de governança pública. Nesse cenário, observa-se a emergência de modelos que valorizam a descentralização, a participação social e a cooperação com entidades da Sociedade Civil, configurando o que parte da literatura denomina como novas formas de gestão pública ou governança colaborativa.

O marco regulatório da atuação dessas organizações ocorre por meio da Lei n.º 9.637/1998, que disciplina a qualificação de entidades como Organizações Sociais e institui o Programa Nacional de Publicização, visando que as atividades não exclusivas do Estado sejam executadas por entidades privadas sem fins lucrativos na gestão de serviços públicos.

Vale destacar que isso ocorreu em momento pós-reforma, no contexto de um Estado gerencial, cuja ideia principal era modernizar a Administração Pública, proporcionando ferramentas capazes de atender aos anseios da sociedade.

Os principais pontos da referida lei são:

a) qualificação como OS: a lei proporciona ao Poder Executivo o direito de qualificar pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OS, desde que suas atividades sejam voltadas para áreas como ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde. As instituições que

pretendem se qualificar como OS devem comprovar, por meio de registro do ato constitutivo, natureza social, objetivos institucionais e finalidade não lucrativa;

b) criação do Programa Nacional de Publicização: a lei determina a transferência de atividades e recursos do Estado para as OS, com objetivo de fomentar as políticas públicas;

c) extinção de órgãos e entidades públicas: a lei estabelece a possibilidade de extinção de determinados órgãos e entidades públicas e absorção de suas atividades por Organizações Sociais;

d) contrato de gestão: instrumento jurídico estabelecido pela lei para formalizar a parceria entre o Poder Público e a Organização Social na execução das atividades de interesse público.

Entretanto, convém registrar que, no plano jurídico brasileiro, há distinções normativas relevantes entre Organização Social (OS), Organização da Sociedade Civil (OSC) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cujas categorias são disciplinadas por diplomas legais distintos.

Embora, no debate acadêmico e em parte da literatura, essas expressões apareçam, por vezes, de forma aproximada para designar o universo das entidades privadas sem fins lucrativos voltadas ao interesse público, essa aproximação não se sustenta quando se observa o regime jurídico específico que regula a atuação de cada uma dessas figuras.

Frequentemente utilizadas de forma aproximada no campo acadêmico e social, as expressões ONG, Organização Social (OS) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) possuem distinções conceituais e jurídicas relevantes.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) constituem expressão de natureza predominantemente sociológica e política, utilizada para designar entidades privadas sem fins lucrativos voltadas à promoção de causas sociais, ambientais, culturais, educacionais ou de defesa de direitos. O termo ONG não corresponde, propriamente, a uma categoria jurídica específica prevista no ordenamento brasileiro, funcionando como designação ampla utilizada no campo social e acadêmico para identificar entidades da Sociedade Civil organizada.

Já as Organizações Sociais (OS) possuem natureza jurídica específica disciplinada pela Lei nº 9.637/1998. Trata-se de entidades privadas sem fins lucrativos qualificadas pelo Poder Público para execução de atividades de interesse social,

especialmente nas áreas de ensino, saúde, pesquisa científica, cultura e meio ambiente, mediante celebração de Contrato de Gestão. Nesse modelo, há maior grau de vinculação institucional entre a entidade e o Estado, especialmente em razão da transferência de recursos públicos e da execução compartilhada de serviços públicos.

Por sua vez, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), disciplinadas pela Lei nº 9.790/1999, constituem entidades privadas sem fins lucrativos qualificadas pelo Ministério da Justiça para atuação em atividades de interesse público. Diferentemente das OS, as OSCIPs estabelecem parceria com o poder público por meio do Termo de Parceria, instrumento jurídico voltado à cooperação institucional sem o mesmo grau de delegação de serviços públicos existente nas Organizações Sociais.

Dessa forma, enquanto o termo ONG possui caráter mais amplo e sociopolítico, as categorias OS e OSCIP correspondem a qualificações jurídicas específicas previstas em lei, cada qual associada a formas distintas de relação com o Estado, mecanismos de controle, instrumentos de parceria e níveis de vinculação institucional.

Por meio da Lei nº 9.790/1999, institui-se a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como o correspondente instrumento jurídico denominado Termo de Parceria. Diferentemente do modelo da Organização Social, que se estrutura a partir de lógica mais intensiva de delegação da execução de serviços públicos por meio do contrato de gestão, esse tipo de organização configura arranjo institucional intermediário, voltado à cooperação entre Estado e entidades privadas sem fins lucrativos, com exigências específicas de qualificação, transparência e prestação de contas (Brasil, 1999).

Nesse sentido, a figura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público amplia as possibilidades de atuação das Organizações da Sociedade Civil no âmbito das políticas públicas, ao estabelecer regime jurídico próprio, que busca equilibrar autonomia institucional e controle estatal, sem alcançar o grau de vinculação presente no modelo das Organizações Sociais.

O termo “Organização da Sociedade Civil” é mais recente, consolidado pela Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que institui regime jurídico próprio para as parcerias entre Administração Pública e essas organizações, estruturado a partir de instrumentos como Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação (Brasil, 2014).

Essa distinção assume particular importância no contexto das políticas públicas, na medida em que define não apenas a natureza jurídica das entidades, mas também os instrumentos de relação estabelecidos com o Estado, os mecanismos de controle e as formas de financiamento.

A distinção não é meramente formal, mas possui implicações diretas na forma como essas organizações se inserem na implementação das políticas públicas, influenciando os níveis de autonomia, os modelos de governança, os instrumentos de controle e os tipos de vínculo estabelecidos com o poder público.

Além disso, essa pluralidade de regimes jurídicos evidencia que a atuação das Organizações da Sociedade Civil no Brasil não é homogênea, mas marcada por diferentes níveis de institucionalização, autonomia e vinculação ao Estado. Tal diversidade reforça a necessidade de análises situadas, capazes de compreender como essas categorias se materializam em contextos específicos, especialmente no âmbito das políticas públicas locais.

No âmbito desta pesquisa, essa diferenciação mostra-se fundamental para compreender de maneira mais precisa a natureza da atuação da Associação Pestalozzi no município de Jaciara (MT), especialmente no que se refere aos instrumentos jurídicos que viabilizam sua parceria com o poder público e às formas de participação na execução das políticas educacionais.

Não obstante essa necessária distinção no plano jurídico, observa-se que, no campo social e acadêmico, diferentes denominações foram historicamente utilizadas para designar entidades privadas sem fins lucrativos voltadas ao interesse público, sendo o termo ONG (Organização Não Governamental) um dos mais difundidos.

Para compreender esse percurso, é importante destacar que a noção de Sociedade Civil possui raízes mais antigas no pensamento político, antecedendo inclusive a consolidação das formas organizadas contemporâneas dessas entidades. Nesse sentido, a expressão “Sociedade Civil” possui origem anterior, sendo utilizada por Thomas Hobbes no âmbito da filosofia política moderna, especialmente em sua obra *Leviatã* (1651), na qual o autor estabelece distinção entre o estado de natureza e a constituição da ordem civil resultante do pacto social.

Ao longo do tempo, esse conceito foi sendo ressignificado, passando a designar, nas teorias contemporâneas, o conjunto de relações sociais, organizações e iniciativas que se desenvolvem fora da estrutura estatal, mas que interagem com

ela, especialmente na defesa de interesses coletivos e promoção de direitos.

O termo ONG se popularizou no Brasil principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. Sua origem está ligada ao sistema das Nações Unidas, utilizado para designar entidades privadas sem fins lucrativos com relevante atuação social e política (Fernandes, 1997).

Segundo Medeiros (2007), a partir das décadas de 1970 e 1980, o campo das organizações sem fins lucrativos no Brasil passa a se estruturar em torno dos movimentos sociais urbanos e das ONGs criadas para apoiá-los. Essas organizações atuavam especialmente nas áreas de saúde, educação, moradia, saneamento e direitos sociais, em contexto marcado pelo regime autoritário e pelas lutas por democratização.

Gohn (2000) destaca que os movimentos sociais tiveram auge de mobilização no final dos anos 1970 e início da década de 1980, período em que as Organizações da Sociedade Civil passaram a desempenhar papel importante no fortalecimento das reivindicações populares e na construção de espaços de participação democrática.

Nos anos 1990, observa-se processo de transformação dessas organizações, que deixam de atuar apenas como apoio aos movimentos sociais e passam a ocupar posição de maior protagonismo político e institucional. Nesse contexto, as organizações do terceiro setor ampliam sua participação na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas.

Segundo Medeiros (2007), esse processo deve ser compreendido como institucionalização dos avanços conquistados pelos movimentos sociais, representando fortalecimento da Sociedade Civil organizada e ampliação dos mecanismos de participação democrática.

Teixeira (2004) destaca que, nas décadas de 1980 e 1990, a distinção entre ONGs e movimentos sociais torna-se mais complexa, especialmente com o surgimento de organizações voltadas a temas como meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, direitos humanos e diversidade sexual.

No final dos anos 1990, as Organizações da Sociedade Civil brasileiras passaram por profundas transformações relacionadas ao financiamento de suas atividades. A redução dos recursos internacionais destinados à América Latina obrigou essas entidades a diversificarem suas formas de financiamento e fortalecerem mecanismos de sustentabilidade institucional.

De acordo com Santos (2008), a crise dos padrões tradicionais de financiamento impulsionou as Organizações da Sociedade Civil a estabelecer novas formas de relacionamento com o Estado e com o setor privado, buscando ampliar sua autonomia institucional e capacidade de atuação.

Nesse sentido, Salamon (1997) e Falconer (1999) destacam que a sustentabilidade das organizações do terceiro setor está diretamente relacionada à capacidade de diversificação das fontes de financiamento, reduzindo dependências institucionais e fortalecendo sua autonomia.

Além disso, conforme Tenório (2005), a sustentabilidade dessas organizações não deve ser compreendida apenas sob perspectiva econômica, mas também política e institucional, uma vez que fortalece sua capacidade de atuação na defesa de direitos sociais e participação nas políticas públicas.

Nesse contexto evolutivo, observa-se também transformação terminológica, em que a expressão “Organização da Sociedade Civil” surge como tentativa de superar a limitação conceitual do termo ONG, deslocando o foco de uma definição negativa (“não governamental”) para uma perspectiva mais afirmativa, centrada em sua função social e atuação pública.

Posto isso, observa-se que, no uso corrente, especialmente no campo acadêmico e social, diferentes expressões continuam sendo empregadas para designar esse universo organizacional, tais como organizações não governamentais, organizações do terceiro setor, Organizações da Sociedade Civil e Organizações Sociais.

Todavia, é importante destacar que essa utilização como sinônimos ocorre predominantemente no plano teórico e descritivo, não afastando a necessidade de distinção jurídica, conforme já discutido anteriormente.

A partir dessa compreensão ampliada do campo das Organizações da Sociedade Civil, torna-se possível avançar para análises que buscam classificá-las segundo suas formas de atuação e seus objetivos sociais.

Nesse sentido, Gohn (2000) propõe classificação dessas organizações em três categorias principais: desenvolvimentistas, assistenciais e cidadãs.

I. Desenvolvimentistas

O surgimento e crescimento dessas Organizações Sociais têm como base a

intervenção no meio ambiente, sendo a ECO-92 um marco significativo. O cerne de suas ações possui viés de desenvolvimento sustentável, envolvendo áreas como reservas ecológicas, barragens, reservas indígenas e produção alternativa.

Nesse contexto, essas organizações assumem papel estratégico na articulação entre demandas locais e dinâmicas globais, operando como mediadoras entre comunidades vulneráveis e redes internacionais de financiamento e cooperação.

Além disso, evidenciam nova forma de intervenção social, na medida em que alinham suas ações a agendas globais de sustentabilidade, preservação ambiental e desenvolvimento econômico local.

Sob essa perspectiva, podem ser compreendidas como agentes de transformação social, capazes de promover novas relações entre sociedade, economia e meio ambiente.

II. Assistenciais

A pobreza crescente, especialmente em países em desenvolvimento, faz com que diversas Organizações Sociais atuem com base no assistencialismo imediato, por meio da doação de alimentos, medicamentos, abrigos e serviços básicos.

Essas organizações emergem como resposta às situações de vulnerabilidade social, atuando, muitas vezes, em espaços nos quais o Estado não consegue garantir plenamente direitos sociais básicos.

Entretanto, a literatura também apresenta críticas ao assistencialismo, especialmente pela tendência de atuar sobre os efeitos das desigualdades sociais sem enfrentar suas causas estruturais.

Por outro lado, muitas dessas organizações funcionam como porta de entrada para políticas públicas mais amplas, articulando ações emergenciais com acesso a direitos sociais, educação, saúde e inclusão social.

Nesse contexto contemporâneo, diversas organizações assistenciais vêm passando por processos de reconfiguração institucional, incorporando abordagens voltadas à cidadania, autonomia e inclusão social.

III. Cidadãs

As organizações cidadãs concentram sua atuação na defesa dos direitos de cidadania, buscando reconhecimento social e jurídico de direitos coletivos e promoção

da participação democrática.

Essas organizações atuam junto aos canais de comunicação, aos espaços institucionais de participação e aos mecanismos de formulação, fiscalização e controle das políticas públicas.

Diferentemente das organizações assistenciais, cuja atuação concentra-se no atendimento imediato das demandas sociais, as organizações cidadãs operam no plano da transformação estrutural, mobilizando estratégias de advocacy, participação em conselhos e incidência política.

Além disso, desempenham papel relevante na construção de agendas públicas relacionadas aos direitos humanos, inclusão social, igualdade racial, diversidade e direitos das pessoas com deficiência.

IV. A atuação das Organizações Sociais no campo da educação

Entre as diversas possibilidades de atuação das Organizações Sociais no âmbito das políticas públicas, destaca-se de maneira significativa sua inserção no campo educacional. A educação constitui uma das áreas em que a participação dessas entidades se mostra mais ampla e relevante, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, limitações estruturais do poder público e necessidade de atendimento especializado.

Nesse cenário, as Organizações Sociais atuam de forma complementar às ações estatais, desenvolvendo projetos, programas e serviços voltados à promoção do direito à educação, à inclusão social e ao fortalecimento das políticas educacionais. Sua atuação pode ocorrer tanto por meio de parcerias formais com o poder público quanto por iniciativas próprias direcionadas às demandas educacionais das comunidades atendidas.

As Organizações Sociais desempenham papel relevante em diferentes dimensões da política educacional, como apoio pedagógico, educação inclusiva, formação de professores, atendimento educacional especializado, desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, combate à evasão escolar e promoção da cidadania. Em muitos casos, essas entidades atuam em espaços nos quais o Estado encontra dificuldades para assegurar atendimento integral às demandas educacionais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

No âmbito da educação inclusiva, a atuação dessas organizações assume

importância ainda mais significativa, considerando a necessidade de acompanhamento multidisciplinar e desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas para atendimento de estudantes com deficiência. Nesse contexto, instituições como a Associação Pestalozzi passam a desempenhar papel fundamental no apoio às políticas públicas educacionais, contribuindo para a garantia do acesso, permanência e desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar.

Além disso, a participação das Organizações Sociais na educação também evidencia novas formas de governança pública, marcadas pela articulação entre Estado e Sociedade Civil na implementação das políticas educacionais. Essa dinâmica reforça a compreensão de que a efetivação do direito à educação não depende exclusivamente da atuação estatal, mas também da construção de redes colaborativas capazes de ampliar a capacidade de atendimento das políticas públicas.

Entretanto, a ampliação da participação dessas organizações no campo educacional também suscita debates relacionados à responsabilidade do Estado, aos mecanismos de controle e fiscalização das parcerias e aos limites da transferência de determinadas atividades educacionais para entidades privadas sem fins lucrativos. Assim, a atuação das Organizações Sociais na educação deve ser analisada de forma crítica, considerando simultaneamente suas contribuições para a efetivação das políticas públicas e os desafios institucionais decorrentes dessas formas de cooperação.

Sob essa perspectiva, as Organizações Sociais assumem posição estratégica no desenvolvimento das políticas públicas educacionais contemporâneas, especialmente em áreas relacionadas à inclusão social, à educação especial e à promoção da cidadania, configurando-se como importantes agentes de mediação entre Estado, escola e Sociedade Civil.

As Organizações Sociais, de maneira geral, atuam visando ao interesse coletivo em parceria com o Estado. Contudo, essa relação não deve ser compreendida de forma subordinada, mas como dinâmica de complementaridade e tensionamento, uma vez que essas entidades também exercem função crítica diante das omissões e limitações estatais.

No plano jurídico-administrativo, diversas entidades do terceiro setor também podem receber títulos ou qualificações de utilidade pública, reconhecimento concedido pelo poder público em razão da relevância social das atividades

desenvolvidas pela instituição.

Historicamente, a declaração de utilidade pública esteve associada à possibilidade de celebração de convênios, recebimento de subvenções públicas, obtenção de benefícios fiscais e fortalecimento institucional perante órgãos públicos e sociedade.

A qualificação como entidade de utilidade pública pressupõe cumprimento de requisitos relacionados à finalidade não lucrativa, regularidade administrativa, atuação efetiva em atividades de interesse coletivo e prestação de contas.

Entretanto, essa qualificação não possui caráter permanente. O ordenamento jurídico brasileiro prevê hipóteses de desenquadramento ou perda da qualificação quando verificado desvio de finalidade, irregularidades na aplicação de recursos públicos, ausência de prestação de contas ou descumprimento das finalidades institucionais.

Além disso, tanto as Organizações Sociais quanto as OSCIPs podem sofrer desqualificação administrativa caso deixem de cumprir os requisitos legais exigidos para manutenção do título ou pratiquem irregularidades incompatíveis com o regime jurídico aplicável.

Essa possibilidade de desqualificação evidencia que as relações entre Estado e Organizações da Sociedade Civil pressupõem mecanismos permanentes de controle, fiscalização e transparência, buscando assegurar que os recursos públicos estejam efetivamente voltados ao interesse coletivo.

Essas organizações atuam direta ou indiretamente nas áreas de assistência social, saúde, esporte, educação, cultura, meio ambiente, direitos humanos e cidadania, contribuindo para a promoção da transformação social e redução das desigualdades sociais.

Sob essa perspectiva, as organizações cidadãs configuram-se como elementos centrais na mediação entre Estado e sociedade, especialmente em contextos marcados por desigualdades persistentes.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu compreender que as Organizações da Sociedade Civil constituem campo heterogêneo, dinâmico e em constante transformação, cuja atuação se insere de maneira significativa no contexto das políticas públicas.

A distinção entre Organização Social, Organização da Sociedade Civil e

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público evidencia que o ordenamento jurídico brasileiro estruturou diferentes modelos de parceria entre Estado e Sociedade Civil, cada qual associado a instrumentos próprios, níveis distintos de autonomia e formas específicas de controle.

Ao mesmo tempo, a trajetória histórica dessas organizações revela processo de ampliação de seu papel na esfera pública, passando de atuação predominantemente reivindicatória para formas mais complexas de intervenção, envolvendo execução de serviços, formulação de políticas públicas e controle social.

Assim, verifica-se que essas organizações assumem papel estratégico na mediação entre Estado e sociedade, contribuindo tanto para implementação de políticas públicas quanto para fortalecimento da cidadania e da participação democrática.

É a partir desse quadro teórico e normativo que se torna possível avançar para a análise empírica proposta nesta pesquisa. Nesse sentido, o próximo capítulo dedica-se à compreensão da atuação da Associação Pestalozzi no município de Jaciara (MT), enquanto organização da Sociedade Civil inserida concretamente na execução das políticas públicas educacionais.

7 A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI EM JACIARA-MT

A partir dos registros do Conselho Municipal da Assistência Social foi identificado que somente a Associação Pestalozzi atua na educação especializada em Jaciara (MT). Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, integrante da rede nacional coordenada pela Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENA PESTALOZZI), criada em 1970 e com atuação reconhecida em todos os estados brasileiros. Em Jaciara, a instituição foi fundada em 1985 e consolidou-se como referência na promoção da educação inclusiva, da reabilitação e da defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A atuação da Associação Pestalozzi de Jaciara deve ser compreendida dentro do contexto mais amplo das políticas públicas educacionais inclusivas e da participação das Organizações da Sociedade Civil na implementação de direitos sociais. Nesse sentido, a instituição não atua apenas como entidade assistencial, mas

como Organização Social inserida diretamente na estrutura local de efetivação das políticas públicas voltadas à educação especial e à inclusão social.

A presença da Pestalozzi no município evidencia como as Organizações da Sociedade Civil assumem papel estratégico na operacionalização de serviços educacionais especializados, especialmente em realidades municipais nas quais o poder público enfrenta limitações estruturais, financeiras e técnicas para garantir atendimento integral às demandas da população.

Além disso, a atuação da instituição demonstra que a efetividade das políticas públicas educacionais depende da construção de redes colaborativas entre Estado e Sociedade Civil, nas quais diferentes atores compartilham responsabilidades na promoção do direito à educação inclusiva e na redução das desigualdades sociais.

Essa centralidade institucional é também evidenciada no plano normativo local, como demonstra a Lei Municipal nº 2.110/2022, que autorizou a concessão de subvenção social mensal à Associação Pestalozzi de Jaciara, no valor de R\$ 10 mil, de maio de 2022 a maio de 2023, evidenciando o reconhecimento formal do Poder Público quanto à relevância da instituição na execução de políticas sociais voltadas às pessoas com deficiência (Jaciara, 2022).

Além das parcerias formais estabelecidas com o Poder Público municipal, a Associação Pestalozzi de Jaciara também se beneficia de políticas públicas estaduais voltadas ao fortalecimento do terceiro setor, como o programa Nota MT. Em 2025, a instituição foi contemplada com o repasse de R\$ 23.200,00 valor destinado à manutenção de suas atividades educacionais e assistenciais.

Esse recurso, oriundo da indicação de consumidores participantes do programa, evidencia uma forma inovadora de financiamento social, que articula cidadania fiscal e apoio às Organizações da Sociedade Civil. Tal mecanismo reforça a sustentabilidade financeira da instituição e amplia sua capacidade de atendimento, ao mesmo tempo que demonstra o reconhecimento social de sua relevância no município.

Nesse sentido, observa-se que a diversificação das fontes de financiamento, incluindo repasses estatais e iniciativas participativas da sociedade, constitui elemento fundamental para a continuidade e o fortalecimento das ações desenvolvidas pela Pestalozzi, em consonância com o que apontam Salamon (1997) e Tenório (2005) acerca da importância da sustentabilidade no terceiro setor.

Essa singularidade institucional, de ser a única Organização com atuação educacional especializada no município, revela não apenas sua importância local, mas também evidencia uma lacuna estrutural do poder público na oferta de serviços especializados, reforçando o papel estratégico das Organizações da Sociedade Civil na implementação de políticas públicas educacionais em contextos municipais de médio porte.

Os serviços ofertados por esta Organização englobam ações educacionais, culturais e de assistência social alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais e com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Atende em Jaciara entre 80 e 100 alunos, distribuídos entre turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e oficinas de convivência. As atividades acontecem em espaço próprio: salas adaptadas, ambiente sensorial e áreas de convivência.

Figura 1 – Espaço institucional e atividades desenvolvidas na Associação



Essas fotografias demonstram as atividades e o envolvimento da Entidade com ações educacionais no Município de Jaciara, MT.



A estrutura física apresentada evidencia não apenas a existência material da instituição, mas também o grau de consolidação das políticas públicas desenvolvidas em parceria com o poder público local. A existência de espaços adaptados, ambientes sensoriais e áreas específicas para convivência demonstra preocupação com a acessibilidade, inclusão e desenvolvimento integral dos estudantes atendidos.

Sob a perspectiva das políticas públicas educacionais, a infraestrutura institucional constitui elemento essencial para garantia da educação inclusiva, especialmente no atendimento de estudantes com deficiência intelectual, múltipla e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse contexto, a estrutura da Pestalozzi revela a materialização concreta de direitos previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei Brasileira de Inclusão e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A existência de estrutura física própria, com adaptações específicas, indica um nível de institucionalização relevante, aproximando a atuação da Pestalozzi de modelos organizacionais mais estruturados, conforme apontado por Salamon (1997), ao discutir a profissionalização do terceiro setor como condição para sua eficácia e sustentabilidade.

Oferece também projetos pedagógicos voltados à formação integral de crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual ou múltipla, articulando dimensões cognitivas, sociais e afetivas. Entre as principais ações estão as oficinas

de arte e cultura, música, informática e expressão corporal, bem como atividades esportivas e de socialização. Essa abordagem multidimensional dialoga diretamente com a concepção de educação integral presente na BNCC (Brasil, 2018), na medida em que considera o desenvolvimento do sujeito em suas múltiplas dimensões, superando uma visão restrita de escolarização.

Os projetos seguem as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e buscam garantir não apenas a escolarização, mas também o desenvolvimento da autonomia e da participação comunitária. Nesse sentido, a atuação da instituição evidencia a materialização, em nível local, de políticas públicas nacionais, demonstrando como diretrizes normativas se traduzem em práticas concretas por meio da mediação institucional das Organizações da Sociedade Civil.

A articulação entre as práticas desenvolvidas pela Associação Pestalozzi e as diretrizes das políticas públicas nacionais evidencia o papel das Organizações da Sociedade Civil como mediadoras entre a formulação normativa e a efetivação concreta dos direitos sociais. Muitas vezes, a existência de legislações e políticas públicas não é suficiente para assegurar sua implementação prática, especialmente em municípios com limitações estruturais.

Nesse cenário, as Organizações Sociais passam a desempenhar função essencial na operacionalização das políticas educacionais, aproximando as diretrizes estatais das necessidades concretas da população atendida. A experiência da Pestalozzi demonstra que a atuação dessas entidades ultrapassa a execução de serviços, envolvendo também acolhimento social, fortalecimento comunitário e promoção da cidadania.

Somando ao atendimento direto, a Associação Pestalozzi oferta programas de integração familiar e comunitária, isto é, encontros semanais entre pais e educadores e palestras com a comunidade local sobre inclusão, com o objetivo de fortalecer o vínculo entre a escola e a família. Esse aspecto revela uma compreensão ampliada do processo educativo, alinhada à perspectiva de Saviani (2008), segundo a qual a educação não se restringe ao espaço escolar, mas se constitui como prática social inserida em um contexto mais amplo de relações sociais.

Também participa ativamente dos conselhos municipais de educação e de assistência social, assegurando representação social e diálogo permanente com o

poder público. Essa participação institucional reforça o papel dessas organizações no controle social das políticas públicas, conforme discutido por Secchi (2014), ao destacar a importância dos mecanismos participativos na governança democrática.

Essa participação nos espaços institucionais de controle social evidencia que a atuação da Associação Pestalozzi não se limita à prestação de serviços educacionais, mas também envolve participação ativa na construção e monitoramento das políticas públicas municipais. A presença da instituição nos conselhos municipais fortalece os mecanismos democráticos de participação social e amplia a representatividade das demandas relacionadas à educação inclusiva no âmbito das decisões governamentais.

Além disso, essa inserção institucional demonstra que as Organizações da Sociedade Civil exercem papel relevante não apenas na execução, mas também na formulação, fiscalização e aperfeiçoamento das políticas públicas, contribuindo para maior aproximação entre Estado e sociedade.

No que se refere à equipe profissional da Associação, ela é composta por professores especializados, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais. Essa composição multidisciplinar evidencia um modelo de atendimento intersetorial, que articula educação, saúde e assistência social, característica fundamental das políticas públicas contemporâneas voltadas à inclusão.

Ademais, o trabalho é desenvolvido por meio de cooperação com as escolas públicas municipais, que encaminham os alunos e participam da elaboração conjunta dos planos de atendimento individualizados. Essa articulação interinstitucional fortalece o sistema educacional local e evidencia a integração entre diferentes políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

É fundamental destacar que a Associação Pestalozzi atua em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaciara, por meio de termos de colaboração e convênios firmados anualmente, conforme o disposto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), evidenciando a inserção formal da instituição no sistema de políticas públicas, afastando a ideia de atuação paralela ou informal e reforçando sua condição de parceira institucional do Estado.

Essa cooperação acontece por meio de repasse municipal, que garante recursos para custeio de pessoal técnico, manutenção do espaço físico e aquisição

de materiais pedagógicos. Em contrapartida, a instituição oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE) e serviços complementares à rede pública, voltados principalmente a estudantes com deficiência intelectual e múltipla, bem como com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A dependência parcial de recursos públicos confirma o argumento de Santos (2008) acerca da necessidade de financiamento estatal para manutenção das Organizações da Sociedade Civil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, enquanto a relação de troca evidencia a lógica de complementaridade discutida por Tenório (2005), na qual Estado e Sociedade Civil compartilham responsabilidades na execução das políticas públicas.

A parceria público-privada entre a Prefeitura de Jaciara e a Pestalozzi permite à Associação manter infraestrutura adequada para atender à demanda, bem como equipe técnica permanente e capacitada, além de viabilizar a continuidade dos projetos, o que se traduz em melhoria dos indicadores de atendimento e em formação continuada para professores da rede pública.

Essa realidade demonstra que a efetividade das políticas públicas educacionais depende não apenas da formulação normativa, mas da existência de arranjos institucionais que viabilizem sua implementação concreta, contribuindo para gerar transformação social no referido município.

Sob a perspectiva da gestão pública contemporânea, essa parceria pode ser compreendida como expressão de um modelo de governança colaborativa, no qual a efetivação das políticas públicas ocorre por meio da articulação entre diferentes atores institucionais. Nesse modelo, o Estado mantém sua responsabilidade constitucional pela garantia do direito à educação, mas reconhece a capacidade técnica, social e institucional das Organizações da Sociedade Civil na execução de determinadas ações especializadas.

Esse arranjo institucional evidencia que a atuação da Pestalozzi não substitui o papel estatal, mas funciona como mecanismo complementar de fortalecimento das políticas públicas educacionais inclusivas, especialmente em áreas que exigem atendimento multidisciplinar e acompanhamento contínuo dos estudantes.

A citada parceria expressa o princípio da gestão compartilhada, em que o Estado reconhece, legitima e apoia a atuação das Organizações da Sociedade Civil sem abdicar de sua responsabilidade legal pela educação pública, como direito social,

reforçando que o município acompanhou a transição de ser apenas provedor, tornando-se também articulador.

Nessa direção, Teixeira (2004) ressalta que a educação inclusiva só se concretiza quando a escola se torna espaço de acolhimento e de reconhecimento das diferenças, o que requer políticas intersetoriais e parcerias estáveis entre Estado e sociedade.

Nessa perspectiva, a experiência da Associação Pestalozzi de Jaciara confirma empiricamente que as Organizações da Sociedade Civil assumem papel estratégico na mediação entre Estado e sociedade, especialmente no campo das políticas públicas educacionais. Conforme destacam Rodrigues e Riboli (2025), essas instituições colaboram na execução e no aperfeiçoamento das políticas públicas, atuando como parceiras do Estado na promoção do acesso, da permanência e do desenvolvimento integral dos sujeitos no ambiente escolar.

Desse modo, a atuação da Pestalozzi ultrapassa uma lógica assistencial, configurando-se como elemento estruturante da política educacional inclusiva no âmbito municipal, ao articular demandas sociais concretas com a implementação de diretrizes normativas nacionais.

Este estudo permite entender que a educação inclusiva é fruto de um esforço coletivo entre Estado e sociedade, bem como de um processo dinâmico. A atuação da Associação Pestalozzi em Jaciara demonstra a possibilidade de cooperação entre o Estado e a Sociedade Civil em prol da efetivação do direito à educação.

Além disso, a experiência analisada evidencia que as Organizações da Sociedade Civil possuem capacidade de adaptação e inovação social, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das práticas educacionais inclusivas e para a construção de políticas públicas mais próximas das necessidades reais da população.

A análise da experiência da Associação Pestalozzi de Jaciara também permite compreender que as políticas públicas educacionais inclusivas dependem de processos permanentes de articulação institucional, financiamento, participação social e qualificação técnica. A existência de diretrizes normativas nacionais somente produz efeitos concretos quando há instituições capazes de operacionalizar essas políticas no cotidiano social.

Nesse sentido, a Pestalozzi atua como elo entre as políticas públicas formuladas em âmbito nacional e sua concretização em nível local, demonstrando que

a efetivação do direito à educação inclusiva exige não apenas legislação, mas também estruturas institucionais, recursos humanos especializados e redes de cooperação entre Estado e Sociedade Civil.

Deixa explícito também que a participação comunitária e o compromisso social podem transformar a gestão pública, tornando-a mais próxima, democrática, eficiente e sensível às necessidades humanas, contribuindo para reduzir desigualdades sociais em uma cidade, região ou país.

Essa transformação aproxima a gestão pública das demandas reais da população, aumentando sua legitimidade. Além disso, observa-se que a atuação da Associação Pestalozzi também exerce função pedagógica indireta junto à rede pública, especialmente por meio da formação continuada de professores e da disseminação de práticas inclusivas, contribuindo para a qualificação do sistema educacional como um todo.

Outro aspecto relevante refere-se ao impacto territorial da instituição, uma vez que sua atuação não se limita aos alunos atendidos diretamente, mas alcança famílias, escolas e a comunidade, ampliando o alcance das políticas públicas educacionais no município.

Sob a perspectiva analítica, a Pestalozzi pode ser compreendida como Organização híbrida, que articula características assistenciais, desenvolvimentistas e cidadãs, conforme a tipologia de Gohn (2000), o que reforça a complexidade do campo das Organizações da Sociedade Civil.

Essa condição híbrida evidencia que, na prática, as classificações teóricas não são rígidas, sendo as Organizações capazes de transitar entre diferentes formas de atuação conforme as demandas sociais.

Ademais, a atuação da instituição contribui para a efetivação do direito à educação inclusiva, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Brasileira de Inclusão, demonstrando a concretização de direitos fundamentais em nível local.

Nesse sentido, a análise do caso de Jaciara revela que a efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua existência formal, mas da atuação de instituições capazes de operacionalizá-las no cotidiano social.

A análise da atuação da Associação Pestalozzi em Jaciara também permite evidenciar a importância das Organizações da Sociedade Civil na interiorização das políticas públicas, especialmente em municípios de menor porte, nos quais a

capacidade estatal de oferta direta de serviços especializados é frequentemente limitada. Nesse cenário, tais instituições não apenas complementam a ação estatal, mas tornam-se, em muitos casos, os principais agentes responsáveis pela efetivação de direitos sociais.

Esse contexto reforça a discussão apresentada por Secchi (2014), ao afirmar que a implementação de políticas públicas depende da atuação de múltiplos atores, sendo as Organizações da Sociedade Civil fundamentais na tradução das diretrizes normativas em práticas concretas. No caso analisado, a Pestalozzi atua como elo entre formulação e implementação, reduzindo a distância entre a política pública prevista e sua efetivação no cotidiano social.

Outro elemento relevante refere-se à capacidade adaptativa da instituição, que, ao longo do tempo, tem ajustado suas práticas às transformações das políticas públicas educacionais e às demandas emergentes da população atendida. Essa flexibilidade organizacional confirma o argumento de Salamon (1997), segundo o qual as organizações do terceiro setor apresentam maior capacidade de inovação e adaptação em comparação às estruturas estatais tradicionais.

Além disso, a atuação da Pestalozzi evidencia a importância da dimensão relacional na implementação das políticas públicas, uma vez que seu trabalho está baseado na construção de vínculos com famílias, escolas e comunidade. Essa característica amplia o alcance das ações desenvolvidas, permitindo que a política pública ultrapasse o espaço institucional e se insira no tecido social, promovendo transformações mais duradouras.

Sob a perspectiva da gestão pública, observa-se que a experiência de Jaciara ilustra um modelo de governança colaborativa, no qual diferentes atores - Estado, Sociedade Civil e comunidade - compartilham responsabilidades na promoção do bem-estar social. Esse arranjo reforça a ideia de que a efetividade das políticas públicas está diretamente relacionada à capacidade de articulação entre eles, superando modelos centralizados e burocráticos de gestão.

Por fim, a análise do caso evidencia que a atuação da Associação Pestalozzi não apenas responde a demandas sociais existentes, mas também contribui para a construção de novas formas de pensar e implementar políticas públicas, especialmente no campo da educação inclusiva. Nesse sentido, a instituição não deve ser compreendida apenas como executora de ações, mas como agente ativo na

produção de conhecimento, na inovação social e no fortalecimento das práticas democráticas no âmbito local.

Dessa forma, verifica-se que a Associação Pestalozzi desempenha papel estruturante no sistema educacional local, configurando-se como elo entre políticas públicas, práticas educativas e demandas sociais, evidenciando a centralidade das Organizações da Sociedade Civil na construção de uma educação inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o problema de pesquisa - quais são as contribuições das Organizações Sociais nas políticas públicas educacionais no Município de Jaciara (MT)? - esta dissertação buscou compreender a relevância da atuação da Associação Pestalozzi no contexto educacional do município, considerando que se trata da única instituição com atuação especializada na área da educação inclusiva local.

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que os serviços ofertados pela entidade envolvem ações educacionais, culturais e de assistência social alinhadas às diretrizes das políticas públicas educacionais e ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação e ao Projeto de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade.

Nesse contexto acadêmico, a dissertação buscou contribuir para as discussões relacionadas às políticas públicas educacionais, à atuação das Organizações da Sociedade Civil e aos processos de inclusão educacional, especialmente no que se refere à articulação entre Estado e sociedade na efetivação do direito à educação.

A vinculação da pesquisa ao campo das políticas públicas e da gestão da educação permitiu compreender a experiência da Associação Pestalozzi de Jaciara não apenas sob perspectiva institucional, mas também como expressão das dinâmicas contemporâneas de governança pública, participação social e implementação das políticas educacionais inclusivas em âmbito municipal.

A análise desenvolvida ao longo desta dissertação também permitiu compreender que as políticas públicas educacionais inclusivas não podem ser interpretadas apenas sob perspectiva normativa ou administrativa, mas devem ser compreendidas como processos sociais complexos, que envolvem articulação institucional, participação social e construção coletiva de estratégias voltadas à efetivação dos direitos fundamentais.

Nesse contexto, a experiência da Associação Pestalozzi evidencia que a efetividade das políticas públicas depende da existência de instituições socialmente comprometidas e capazes de transformar diretrizes legais em práticas concretas de inclusão, acolhimento e desenvolvimento humano. Assim, a atuação da organização demonstra que a implementação das políticas educacionais ultrapassa a simples execução burocrática de programas governamentais, constituindo processo dinâmico de mediação entre Estado e Sociedade Civil.

Retomando o objetivo geral desta dissertação, analisar as contribuições das Organizações Sociais nas políticas públicas educacionais em Jaciara, verifica-se que os resultados alcançados permitem afirmar que tais contribuições não se limitam à execução de serviços, mas envolvem processos mais amplos de mediação social, institucional e política, que impactam diretamente a efetividade do direito à educação.

Nesse sentido, a Associação Pestalozzi não atua apenas como executora de políticas públicas, mas como agente articulador entre demandas sociais concretas e respostas institucionais do Estado.

A Associação Pestalozzi desempenha papel essencial na concretização das políticas públicas educacionais no município de Jaciara. Sua contribuição ultrapassa o campo da assistência e insere-se no horizonte da cidadania e da gestão democrática. Ao oferecer serviços educacionais voltados às pessoas com deficiência e ao promover ações culturais e esportivas, a entidade fortalece a rede pública municipal e amplia as possibilidades de inclusão social.

Essa atuação confirma, na prática, as discussões teóricas apresentadas ao longo do trabalho, especialmente aquelas relacionadas à concepção de políticas públicas como construções sociais, nas quais diferentes atores participam de sua formulação e implementação. Assim, a Pestalozzi evidencia que a política educacional não é um produto exclusivo do Estado, mas resultado de interações complexas entre poder público e Sociedade Civil organizada.

Além disso, os resultados obtidos permitem compreender que a atuação das Organizações Sociais no campo educacional possui relevância não apenas operacional, mas também política e social. Ao participar da implementação das políticas públicas, essas entidades ampliam os espaços democráticos de participação social e contribuem para a construção de modelos de gestão mais próximos das necessidades concretas da população.

A experiência analisada demonstra que as Organizações da Sociedade Civil podem atuar como agentes de inovação social, desenvolvendo práticas institucionais capazes de complementar as ações estatais e fortalecer os processos de inclusão educacional. Nesse sentido, a Pestalozzi assume papel que ultrapassa a prestação de serviços, consolidando-se como instituição promotora de cidadania e garantia de direitos sociais.

A pesquisa confirma que a Pestalozzi possui utilidade pública, uma vez que presta serviços relevantes à sociedade e atua em prol do interesse coletivo. Também demonstra que a execução das políticas públicas educacionais exige a participação de múltiplos atores sociais, especialmente das Organizações da Sociedade Civil, cuja atuação complementa a ação estatal por meio de práticas pedagógicas mais humanizadas, inclusivas e próximas da realidade local.

Além disso, as análises efetuadas permitem responder de forma consistente à questão-problema, demonstrando que a principal contribuição das Organizações Sociais, no caso específico de Jaciara, está na ampliação da capacidade estatal de atendimento, especialmente em áreas sensíveis, como a educação especial, em que o Estado, isoladamente, apresenta limitações estruturais e operacionais.

A atuação da Associação Pestalozzi em Jaciara demonstra, em escala local, a efetivação dos princípios constitucionais do direito à educação. Confirma que a transformação social somente é possível, na contemporaneidade, mediante a união entre Estado e Sociedade Civil, mediada por instituições comprometidas com o bem comum. Essa relação não elimina a responsabilidade estatal no que se refere à garantia do direito à educação, mas a potencializa, tornando a política pública educacional mais próxima das necessidades reais da população.

Nesse ponto, a análise dialoga diretamente com o entendimento de que as políticas públicas operam como elo entre Estado e sociedade, sendo a Pestalozzi exemplo concreto dessa conexão em nível municipal. A organização atua como ponte

entre as diretrizes normativas da educação inclusiva e sua materialização no cotidiano dos sujeitos atendidos.

Parcerias público-privadas como a da Pestalozzi e da Prefeitura de Jaciara reafirmam a importância da educação como instrumento de emancipação e da Sociedade Civil na condição de protagonista da construção de políticas públicas mais justas e inclusivas. Além disso, contribuem para melhoria da infraestrutura escolar, ampliação do acesso a recursos financeiros e fortalecimento das práticas educacionais voltadas à inclusão.

A partir dos resultados obtidos, também se evidencia que a parceria estabelecida entre a Pestalozzi e o poder público municipal configura modelo de governança compartilhada, no qual responsabilidades são distribuídas, mas não diluídas. O Estado permanece como garantidor do direito, enquanto a Organização Social atua como potencializadora da política pública, ampliando seu alcance e efetividade.

Sob essa perspectiva, a parceria estabelecida entre o município de Jaciara e a Associação Pestalozzi pode ser compreendida como expressão de um modelo contemporâneo de governança colaborativa, no qual diferentes atores institucionais compartilham responsabilidades na implementação das políticas públicas educacionais. Tal arranjo evidencia que a promoção do direito à educação inclusiva exige atuação integrada entre Estado, Sociedade Civil e comunidade local.

Além disso, essa dinâmica reforça a compreensão de que as políticas públicas educacionais inclusivas dependem não apenas de recursos financeiros e estruturas administrativas, mas também de vínculos institucionais, participação comunitária e compromisso social. A articulação entre esses elementos torna-se fundamental para assegurar maior efetividade às ações desenvolvidas no âmbito educacional.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à dimensão qualitativa do atendimento. A atuação da Pestalozzi não apenas amplia o acesso, mas qualifica a permanência dos estudantes com deficiência no sistema educacional, contribuindo para a efetivação do princípio da educação inclusiva previsto na legislação brasileira.

Essa constatação permite afirmar que as Organizações Sociais, quando articuladas às políticas públicas, contribuem não apenas para indicadores quantitativos, como número de atendimentos, mas também para dimensões qualitativas da educação, como desenvolvimento integral, inclusão social e

fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

Ademais, verifica-se que a atuação da Pestalozzi em Jaciara confirma a tipologia proposta por Gohn (2000), especialmente no que se refere às organizações de caráter cidadão, uma vez que sua atuação ultrapassa o assistencialismo e se insere no campo da defesa de direitos, da inclusão e da promoção da cidadania.

Outro elemento que merece destaque é o papel da organização na indução de práticas pedagógicas mais humanizadas, contribuindo para a formação continuada de professores da rede pública e para a disseminação de uma cultura educacional inclusiva no município. Esse aspecto reforça a ideia de que as Organizações Sociais também atuam como produtoras de conhecimento e inovação no campo educacional.

Essa dimensão formativa desenvolvida pela Pestalozzi também evidencia o potencial das Organizações Sociais na produção e disseminação de conhecimentos voltados à educação inclusiva. Ao promover capacitações, orientação pedagógica e acompanhamento especializado, a instituição contribui para o fortalecimento da rede pública de ensino e para a consolidação de práticas educacionais mais inclusivas e humanizadas.

Dessa maneira, verifica-se que a atuação da organização produz impactos que ultrapassam os limites institucionais da própria entidade, alcançando escolas, famílias e profissionais da educação, ampliando a capacidade do município de promover inclusão e garantir o desenvolvimento integral dos estudantes atendidos.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados indicam que a presença de Organizações Sociais qualificadas pode reduzir lacunas históricas no atendimento educacional, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, onde a estrutura estatal nem sempre é suficiente para atender demandas específicas, como a educação especial.

Por outro lado, a pesquisa também evidencia a necessidade de fortalecimento dessas parcerias, especialmente no que se refere à sustentabilidade financeira e institucional das Organizações Sociais. Nesse sentido, políticas públicas que incentivem e regulem de forma adequada a atuação das Organizações da Sociedade Civil tornam-se fundamentais para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

A pesquisa também evidencia que a atuação das Organizações da Sociedade Civil em políticas públicas educacionais demanda constante fortalecimento

institucional e normativo, especialmente no que se refere à sustentabilidade financeira, à qualificação técnica e à estabilidade das parcerias com o poder público. A continuidade dessas ações depende da existência de políticas públicas capazes de assegurar condições adequadas para manutenção e desenvolvimento das atividades realizadas pelas entidades.

Ao mesmo tempo, torna-se necessário ampliar os mecanismos de transparência, controle social e acompanhamento institucional dessas parcerias, garantindo que a atuação das Organizações Sociais permaneça alinhada aos princípios constitucionais da administração pública e à promoção do interesse coletivo.

Nesse cenário, o estudo da Associação Pestalozzi de Jaciara demonstra que as Organizações da Sociedade Civil possuem potencial significativo para contribuir com a efetivação das políticas públicas educacionais, especialmente em municípios nos quais o Estado enfrenta limitações estruturais para atendimento especializado das demandas sociais.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de ampliação de estudos empíricos sobre o tema, uma vez que, conforme evidenciado no estado do conhecimento, há escassez de pesquisas que analisem a atuação de Organizações Sociais em políticas educacionais em nível municipal, especialmente em contextos como o de Jaciara.

Nesse contexto, cabe destacar que a experiência analisada permite compreender que a efetividade das políticas públicas educacionais não depende exclusivamente de sua formulação normativa, mas da existência de arranjos institucionais capazes de operacionalizá-las no cotidiano social. A atuação da Associação Pestalozzi evidencia que, quando há articulação entre recursos, gestão e compromisso social, é possível produzir respostas mais qualificadas às demandas educacionais, especialmente em áreas historicamente marcadas por desigualdades.

Dessa forma, o caso de Jaciara demonstra que a presença de Organizações da Sociedade Civil não apenas supre lacunas estatais, mas também contribui para redefinir a forma como as políticas públicas são implementadas, tornando-as mais próximas da realidade local e mais sensíveis às necessidades dos sujeitos envolvidos.

A presente dissertação também contribui para o fortalecimento do campo de estudos sobre Organizações Sociais e políticas públicas educacionais, especialmente

ao apresentar análise empírica situada em contexto municipal ainda pouco explorado pela produção acadêmica. Conforme evidenciado no estado do conhecimento, são escassos os estudos que investigam concretamente as relações entre Organizações da Sociedade Civil e implementação das políticas educacionais em municípios de médio porte.

Nesse sentido, o estudo desenvolvido amplia a compreensão acerca das formas contemporâneas de cooperação entre Estado e Sociedade Civil, demonstrando que a implementação das políticas públicas educacionais ocorre de maneira relacional, dinâmica e territorializada, dependendo da atuação conjunta de diferentes sujeitos e instituições.

Por fim, conclui-se que a Associação Pestalozzi, no contexto de Jaciara (MT), constitui-se como elemento fundamental na efetivação do direito à educação inclusiva, evidenciando que a articulação entre Estado e Sociedade Civil não é apenas desejável, mas necessária para a construção de políticas públicas mais justas, eficazes e socialmente comprometidas.

Assim, a pesquisa reafirma que a educação inclusiva, enquanto política pública, não se sustenta apenas em dispositivos legais, mas se concretiza na prática por meio de instituições comprometidas com a dignidade humana, com a equidade e com a transformação social.

Como perspectiva para estudos futuros, destaca-se a necessidade de ampliação de investigações empíricas em nível municipal, especialmente em contextos semelhantes ao de Jaciara, nos quais a atuação das Organizações da Sociedade Civil assume papel fundamental na implementação das políticas públicas educacionais.

Pesquisas comparativas entre municípios poderiam contribuir para identificar diferentes arranjos institucionais, níveis de efetividade das parcerias e impactos concretos na garantia do direito à educação inclusiva, permitindo compreensão mais abrangente das condições que favorecem ou limitam essas experiências.

Além disso, sugere-se o aprofundamento de estudos voltados à análise da sustentabilidade institucional dessas organizações, considerando aspectos como financiamento, capacidade técnica e continuidade das parcerias com o poder público. Essa abordagem permitiria avaliar não apenas os resultados imediatos das políticas públicas, mas também sua permanência e estabilidade ao longo do tempo,

contribuindo para o desenvolvimento de modelos mais consistentes e replicáveis de atuação entre Estado e Sociedade Civil no campo educacional.

Outra perspectiva relevante para estudos futuros refere-se à realização de pesquisas de campo mais aprofundadas no interior das próprias instituições, com foco na análise da gestão dos recursos financeiros, das doações recebidas e do trabalho voluntário. Investigações desse tipo permitiriam compreender, de maneira mais concreta, como se dá o aproveitamento desses recursos no cotidiano institucional, bem como os desafios relacionados à sustentabilidade e à organização interna dessas entidades.

Além disso, o estudo do trabalho voluntário pode revelar aspectos importantes sobre o engajamento comunitário, a divisão de responsabilidades e a qualidade dos serviços ofertados, contribuindo para uma compreensão mais ampla da dinâmica de funcionamento das Organizações da Sociedade Civil no contexto das políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JACIARA. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARR, Nicholas. The economics of the welfare state. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Institui o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni). Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e Organizações da Sociedade Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais

Educação. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2010.

FALCONER, Andrés Pablo. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e seu campo de atuação. São Paulo: FEA/USP, 1999.

FERNANDES, Rubem César. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Os sem-terra, ONGs e cidadania. São Paulo: Cortez, 2000.

HOBBS, Thomas. Leviatã. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOHL-SANTOS, Priscila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. Revista Panorâmica, v. 33, p. 1-20, 2021.

MEDEIROS, Rogério. Crítica e resignação nas atuais relações entre o Estado e ONGs. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (org.). Democracia, Sociedade Civil e participação. Chapecó, SC: Argos, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 20 jan. 2026.

RIBOLI, Cesar. Políticas públicas: fundamentos e dimensões contemporâneas. In: CERUTTI, Elisabete; PACHECO, Luci Mary Duso (org.). Políticas públicas e gestão educacional. Frederico Westphalen, RS: URI, 2021.

RODRIGUES, Adriano de Oliveira; RIBOLI, Cesar. Entre o Estado e a sociedade: a contribuição da Associação Pestalozzi para a educação pública em Jaciara (MT). Revista OWL Journal, Campina Grande, PB, v. 3, n. 5, out./nov./dez. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17478400.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patrícia da Silva. Introdução à

pesquisa bibliográfica. Florianópolis: UFSC, 2023.

SALAMON, Lester M. Partners in public service: government-nonprofit relations in the modern welfare state. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Revelino Cardoso dos. A dependência de financiamento das organizações não governamentais de João Pessoa. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEFAZ-MT (Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso). Nota MT destina mais de R\$ 2 milhões a instituições sociais em 2025. Cuiabá: SEFAZ-MT, 2026.

SOARES, José Francisco. Qualidade da educação: conceitos e indicadores. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Cristina. Educação e inclusão social? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2004, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: SBS, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 277-297, mar./abr. 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

UNESCO. Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action. Paris: UNESCO, 2015.